

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Valéria Machado

“NÃO LUTAMOS PARA SAIR DA COZINHA!”:

Trabalho doméstico e feminismo no Movimento das Mulheres Camponesas de Santa Catarina

Florianópolis

2020

Valéria Machado

“NÃO LUTAMOS PARA SAIR DA COZINHA!”:

Trabalho doméstico e feminismo no Movimento das Mulheres Camponesas de Santa Catarina

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de graduação em História, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito para obtenção do grau de Bacharel/Licenciado em História

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Janine Gomes da Silva

Florianópolis

2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Machado, Valéria
"Não lutamos para sair da cozinha!" : Trabalho
doméstico e feminismo no Movimento das Mulheres Camponesas
/ Valéria Machado ; orientadora, Janine Gomes da Silva,
2020.
66 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em História,
Florianópolis, 2020.

Inclui referências.

1. História. I. Silva, Janine Gomes da. II. Universidade
Federal de Santa Catarina. Graduação em História. III. Título.



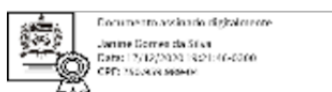
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

ATA DE DEFESA DE TCC

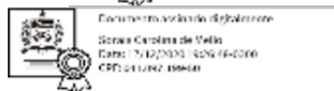
Aos 17 dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte, às 16:30 horas, na sala por meio do ambiente virtual *Google Meet*, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelos seguintes membros, Profa. Janine Gomes da Silva (Orientadora e Presidenta); Profª. Soraia Carolina de Mello (Titular); Profª. Vera Fátima Gasparetto (Suplente), designadas pela Portaria Tcc nº 54/HST/CFH/2020, a fim de arguirm o Trabalho de Conclusão de Curso da acadêmica Valéria Machado, intitulado: “Não lutamos para sair da cozinha’: Trabalho doméstico e feminismo no Movimento das Mulheres Camponesas de Santa Catarina”. Aberta a Sessão pela Senhora Presidenta, a acadêmica expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, a mesma foi arguida pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas, pelos membros da banca as seguintes notas: Profª. Janine Gomes da Silva, nota 9,0, Profª. Soraia Carolina de Mello, nota 9,0, Profª. Vera Fátima Gasparetto, nota 9,0, sendo a acadêmica aprovada com a nota final 9,0. A acadêmica deverá entregar na Coordenadoria do Curso de Graduação em História, em versão digital, o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva, até o dia 24 de dezembro de 2020. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pela candidata.

Florianópolis, 17 de dezembro de 2020

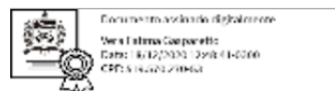
Prof. (Orientadora):



Profª. (Titular):



Prof.(Suplente):



(Candidata):





UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
Campus Universitário Trindade
CEP 88.040-900 Florianópolis Santa Catarina
FONE (048) 3721-9249 - FAX: (048) 3721-9359

Atesto que a acadêmica Valéria Machado, matrícula n.º 15101745, entregou a versão final de seu TCC cujo título é "Não lutamos para sair da cozinha!": Trabalho Doméstico e Feminismo no Movimento das Mulheres Camponesas de Santa Catarina, com as devidas correções sugeridas pela banca de defesa.

Florianópolis, 21 de dezembro de 2020

Assinatura manuscrita em tinta azul, legível como "Jomara Jomara da Silva".

Orientador(a)

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Dioneide e Valmir, por todo apoio, incentivo e amor durante esses mais de vinte e três anos. Sem eles nada disso teria sido possível. Agradeço também aos meus irmãos, Dorothy e Pedro Vicente, por todo amor e carinho.

À professora Janine, que além de me acompanhar nesse processo contribuindo com suas orientações, sugestões e correções foi também colega durante meus quase dois anos na organização do FG12.

Ao Henrique, que com seu jeito meigo e tranquilo - mesmo de longe - me fez sentir amada e cuidada e acreditou em mim em momentos difíceis

Às amigas e amigos que fizeram com que eu tenha vivido bons momentos na universidade e fora dela. Em especial à Glenda, por ter sido uma das melhores pessoas que conheci, e mesmo vindo de perto todas as minhas aflições no desenvolvimento deste trabalho, me incentivou e acreditou em mim.

Agradeço também ao LEGH, IEG e FG12, espaços nos quais atuei como bolsista e que contribuíram para minha formação feminista, além de terem me possibilitado construir muitas amizades.

Por fim, agradeço a todas e todos que de diversas formas fizeram parte de minha trajetória escolar e acadêmica.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo perceber de que forma as militantes do Movimento das Mulheres Camponesas de Santa Catarina ressignificaram o trabalho doméstico no campo e fizeram com que estas experiências se transformassem em bandeiras de luta contra as opressões de classe e de gênero no espaço rural. A base desta pesquisa encontra-se principalmente na análise da história do MMC/SC, inserida no contexto brasileiro dos movimentos sociais do campo, na discussão teórica e histórica sobre o trabalho doméstico no Brasil, voltando-se especificamente para o trabalho doméstico no campo e na compreensão das especificidades do feminismo camponês presentes neste movimento. A pesquisa baseia-se, além da pesquisa bibliográfica da vasta produção acadêmica sobre os temas, em entrevistas realizadas com cinco militantes do MMC da região oeste de Santa Catarina, com a qual suas experiências no âmbito doméstico influenciaram a imersão e participação política no movimento das camponesas dessas mulheres, bem como a análise documental de materiais produzidos pelo próprio movimento, tais como: cartilhas, livretos, folheto informativos, panfletos. Ao final do estudo, concluiu-se que a reivindicação do espaço doméstico, o reconhecimento do trabalho feminino na agricultura familiar e as transformações das relações de gênero são fundamentais para a produção e reprodução da vida no campo e que o Movimento das Mulheres Camponesas de Santa Catarina têm tido um papel fundamental na luta pelo protagonismo das mulheres camponesas.

Palavras-chave: Movimento das Mulheres Camponesas. Trabalho doméstico no campo. Feminismo camponês. Movimentos Sociais.

ABSTRACT

The objective of this article is to apprehend ways in which Santa Catarina's Peasant Women's Movement (MMC/SC) activists resignified domestic labor on the countryside and transformed their experiences into ideas for fighting against class and gender oppression in rural areas. This Research is based on MMC/SC's history analysis in context of Brazilian rural social movements, on the academic discussion regarding Brazilian house work, focusing in peasant feminist's take on rural domestic labor. In addition to the vast academic papers on the subject, this research is based on interviews with five activists from Santa Catarina's west region, whose involvement with the movement was influenced by their own domestic struggle, as well as documental analysis of propaganda such as booklets produced by the movement. At the end of the studies it was concluded that vindication of domestic space, recognition of women's work in familiar agriculture and transformations in gender roles are fundamental in perpetuating rural life and that MMC/SC's has a major role on fighting for women's protagonism.

Keywords: Peasant women's movement. Rural Domestic Labor. Peasant Feminism. Social Movements.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Agricultura familiar e não familiar: variações entre 2006 a 2017.....	32
FIGURA 2 - Logotipo/Identidade visual do Movimento de Mulheres Camponesas	36
FIGURA 3 - Materiais do MMC disponíveis para download em seu site oficial.....	44
FIGURA 4 - Mulheres jovens são retratadas à frente das pautas ligadas aos direitos LGBTQI+ e contra a LGBTIFOBIA em cartilha do MMC de 2020.....	45
FIGURA 5 - Dinâmica sobre atividades realizadas pelas mulheres em um dia.....	51
FIGURA 6 - Opinião das mulheres sobre a participação dos homens no trabalho doméstico.....	54
FIGURA 7 - Número de estabelecimentos agropecuários dirigidos pelo produtor (Unidades) - Sexo do Produtor.....	57

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANMTR	Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAB	Movimento dos Atingidos pelas Barragens
MMA	Movimentos das Mulheres Agricultoras
MMC	Movimento das Mulheres Camponesas
MMC/SC	Movimento das Mulheres Camponesas de Santa Catarina
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ONU	Organização das Nações Unidas
PT	Partido dos Trabalhadores
UFPA	Unidade Familiar de Produção Agrária
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 CAPÍTULO 1: “Sem feminismo não há socialismo”	17
2.1 Os Movimentos Sociais no Brasil	18
2.2 O Movimento das Mulheres Camponesas de Santa Catarina	23
2.3 A atualidade do conceito “camponesa(ês)”	30
3 CAPÍTULO 2: “Não lutamos para sair da cozinha”	38
3.1 Feminismo camponês	38
3.2 Trabalho doméstico no campo	47
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
5 FONTES	62
6 REFERÊNCIAS	62

1 INTRODUÇÃO

A 5 de outubro, oito ou dez mil mulheres foram a Versalhes; muita gente as acompanhou [...]. Esse grande movimento foi o mais amplo que a Revolução apresentou depois de 14 de julho. O de outubro foi, quase tanto quanto o outro, unânime, no sentido de que aqueles que dele não participaram desejaram-lhe sucesso, e todos se alegraram de que o rei esteve em Paris [...]. A causa real, certa, para as mulheres, para a multidão mais miserável, foi uma só, a fome. [...]. Para a maior parte dos homens, povo ou guardas nacionais, a causa do movimento foi a honra, o ultraje feito pela corte ao emblema parisiense, adotado pela França inteira como o símbolo da Revolução. Entretanto, teriam os homens marchado para Versalhes se as mulheres não os tivessem precedido? Isso é duvidoso. Ninguém antes teve a ideia de ir buscar o rei [...]. O que há de povo de mais povo, quero dizer, de mais instintivo, de mais inspirado, são, por certo, as mulheres. Sua ideia foi esta: “Falta-nos pão, vamos buscar o rei; se ele estiver conosco, cuidar-se-á para que o pão não falte mais”. (MICHELET, 1998, p. 253).

Este trecho de *A História da Revolução Francesa* de Jules Michelet sempre me causou certa inquietação, e, embora o historiador francês ainda esteja inserido numa lógica romântica e iluminista que reproduz a ideia de que à mulher pertence a natureza do sensível, do instintivo, da maternidade e da família - em contraponto de uma racionalidade exclusivamente masculina - suas observações acerca da Marcha sobre Versalhes nos fazem refletir sobre como as delimitações do espaço doméstico fizeram com que as mulheres fossem as primeiras a sentirem a escassez alimentar (são elas as responsáveis pelo preparo do alimento) e como esse espaço de experiência foi capaz de gerar um efeito mobilizador que ficou conhecido como um dos mais importantes do primeiro ano da Revolução Francesa.

Observando como os movimentos feministas brasileiros têm se organizado no que diz respeito ao trabalho doméstico e a divisão sexual do trabalho no campo, minha pesquisa busca analisar a forma com que o Movimento das Mulheres Camponesas de Santa Catarina ressignificou a esfera doméstica e instrumentalizou as experiências de suas membras, transformando violências e opressões de classe e gênero em ferramentas na luta por direitos e emancipação.

Segundo Lourdes Vicente, mulher camponesa e militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), “É na cozinha das propriedades rurais que estão os espaços de decisão da família. Não lutamos para sair da cozinha, lutamos para que se mude a ressignificação das relações de trabalho entre homem e mulher”¹. A fala de Lourdes durante o 11º Seminário Internacional Fazendo Gênero², em 2017, foi fundamental para o

¹ MEDEIROS, Silvia. Um feminismo que brota da terra. Disponível em: <<https://caterinas.info/um-feminismo-que-brota-da-terra/>>. Acesso em: 29 mai. 2019.

² O Seminário Internacional Fazendo Gênero é um evento acadêmico promovido por pesquisadoras das mais diversas áreas de conhecimento da Universidade Federal de Santa Catarina que acontece a cada três anos desde 1994. Voltado para temáticas que englobam as questões de gênero, o Seminário vem buscando em suas últimas edições uma aproximação com a comunidade não-acadêmica e com os movimentos sociais. Em sua 12ª edição,

desenvolvimento da ideia central deste trabalho e serviu de pontapé inicial para que eu pensasse a respeito das particularidades do feminismo camponês e das estratégias de resistência das mulheres do campo.

O Movimento das Mulheres Agricultoras foi criado no ano de 1983 na cidade de Chapecó, no oeste catarinense, inspirado na figura da líder sindicalista paraibana Margarida Alves, assassinada no mesmo ano por um matador de aluguel. Ao longo dos anos oitenta diversas organizações e movimentos de mulheres do campo se organizaram em várias regiões do país, até que em 1986 se reúnem em São Paulo e promovem o I Encontro Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais, que tinha como um dos objetivos principais a organização da luta pelos direitos trabalhistas e de participação política e das trabalhadoras do campo. (Movimento das Mulheres Camponesas, 2018, p. 5). Ao longo dos anos o MMA vai se discutindo cada vez mais temáticas de gênero e ultrapassando as pautas ligadas ao trabalho e aos direitos políticos, passando a problematizar questões relacionadas ao espaço doméstico e às relações de gênero no campo, como violência, sexualidade, saúde, educação. Em 2004 o movimento se nacionaliza e passa adotar uma postura que tenta abranger as questões das mulheres do campo, voltando-se principalmente para as pautas ligadas à produção de alimentos saudáveis e livre de agrotóxicos. É nesse momento que o MMA “troca” de nome, passando a se chamar Movimento das Mulheres Camponesas.

Embora os Estudos de Gênero estejam consolidados no país - dado o número de trabalhos desenvolvidos, a ampliação de grupos de pesquisa, a vasta produção literária - o aprofundamento nas temáticas que circundam este campo de pesquisa têm se mostrado cada vez mais necessário e complexo em nossa sociedade. De acordo com Maria Luiza Heilborn e Bila Sorj (1999, p. 184) diferente do que aconteceu nos Estados Unidos e na Europa o feminismo brasileiro de segunda onda teve sua constituição menos ancorada nos movimentos sociais e mais articulada no meio acadêmico, desenvolvendo um caráter menos radical e mais científico. Vale lembrar que a “chegada” do feminismo no Brasil coincide com o início do período mais repressivo da Ditadura Militar (final da década de sessenta) . Segundo as autoras

As acadêmicas, por sua maior exposição a ideias que circulam internacionalmente, estavam numa posição privilegiada para receber, elaborar e disseminar as novas questões que o feminismo colocara já no final da década de sessenta nos países capitalistas avançados. Assim, quando o movimento de mulheres no Brasil adquire visibilidade, a partir de 1975, muitas das suas ativistas ou simpatizantes já estavam inseridas e trabalhavam nas universidades (p. 285).

que acontecerá em julho de 2021, o evento contará pioneiramente com simpósios temáticos coordenados por ativistas e artistas.

O avanço dos Estudos de Gênero e sua inserção em áreas para além das ciências humanas vêm refletindo nos últimos anos com relação às abordagens teóricas e no enfoque de várias pesquisas. Este avanço pode ser percebido, por exemplo, no campo de estudos e nas articulações entre a academia e os movimentos sociais. O próprio MMC é um exemplo de como o contato com produções e estudos feministas possibilitou um aprofundamento nas temáticas ligadas às questões de gênero, além disso, eventos como Seminário Internacional Fazendo Gênero tem atuado na transformação do espaço acadêmico, construindo novas perspectivas em parceria com os movimentos sociais feministas. Esse reflexo se dá inclusive nos estudos sobre campesinato no Brasil. Segundo levantamento feito por Edna Lopes Miranda e Ana Louise Carvalho Fiúza, a partir de teses e dissertações sobre a temática desde os anos 1980 até 2015, houve uma modificação nas configurações e organizações nos movimentos rurais/do campo no país, para as autoras

[...] enquanto os movimentos sociais da década de 1980 até fins do século XX tinham as suas reivindicações focalizadas no mundo do trabalho, sendo a questão do acesso à terra o ponto fundamental das ações coletivas, os movimentos dos anos 2000 voltam-se de forma crescente para a vida cotidiana, com demandas relativas à Educação, ao uso dos meios de comunicação, bem como às questões relativas à juventude e às desigualdades de gênero. Desta forma, temas tradicionais nas pesquisas são recolocados e novos emergem a partir das novas dinâmicas dos movimentos sociais no meio rural. (FIÚZA, MIRANDA, 2017, p. 134)

Isso indica que as pesquisas se modificaram ao longo do tempo e têm se atentado cada vez mais para essas reorganizações de enviesamento teórico e político. No levantamento feito pelas autoras os trabalhos com temáticas como mulheres e movimentos sociais contemporâneos correspondiam a 19% do total, sendo as palavras mulher, gênero, rurais, empoderamento, sindicato e militância as mais utilizadas nessas produções (p. 128).

Este trabalho, inserido nos Estudos de Gênero e História, busca somar com as pesquisas que dão visibilidade a atuação das trabalhadoras do campo, ao trabalho doméstico, possibilitando a construção de um saber científico que dialogue diretamente com as experiências, conhecimentos, saberes e visões de mundo das militantes do MMC/SC, a partir da compreensão das complexidades de suas pautas e das ferramentas de resistência ao capitalismo e de transformação nas relações de gênero no meio rural.

Nesta pesquisa trabalharei com dois tipos de fontes: materiais produzidos pelo próprio movimento e disponibilizados em seu *site* oficial e fontes orais (resultado de entrevistas). Estes materiais consistem em textos, cartilhas, folders, materiais de formação, imagens e são voltadas, em sua maioria, para a militância. De acordo com Fábio Chang de Almeida (2011, p. 19) são chamados de documentos digitais primários. Esses documentos “podem ser classificados em dois tipos básicos: os ‘documentos primários digitais exclusivos’

e os ‘documentos primários digitalizados’” (p. 19). Segundo o autor, os documentos digitais exclusivos, como seu próprio nome indica, são feitos exclusivamente para publicação em espaço virtual; já os documentos primários digitalizados são aqueles, por exemplo, foram feitos para circulação impressa e posteriormente adaptados para o espaço virtual (p. 19). Por isso, embora todos os documentos do movimento das camponesas analisados nesta pesquisa estejam disponíveis *online*, vários deles foram produzidos para circulação impressa, e, considerando que se trata de um movimento social, acredito que a disponibilização desses documentos via internet sirva para que facilite seu acesso e divulgação.

As entrevistas utilizadas estão inseridas em duas temporalidades distintas: 2012 e 2017 e tiveram diferentes finalidades e abordagens. Sirlei Gasparetto e Noeli (entrevistadas juntas) e Geneci Santos e Catiane Cinelli (entrevistadas juntas), foram entrevistadas pela historiadora Larissa Viegas Mello de Freitas na cidade de Chapecó, no Oeste de Santa Catarina, em 2012. Elas integram um conjunto de entrevistas feitas com mulheres de diferentes movimentos no Brasil e na América Latina que se identificam com o feminismo e fazem parte de um conjunto de fontes destinadas aos estudos sobre Feminismos no Conesul do Laboratório de Estudos de Gênero e História da UFSC, o LEGH. Estas entrevistas serviram como material para diversas pesquisas, incluindo a dissertação de mestrado de Larissa Freitas: “O Feminismo que veio do campo: movimentos de mulheres e trajetórias de identificação (Brasil e Paraguai, 1985 - 2010)”. É importante destacar que nesse período o Brasil tinha como presidenta Dilma Rousseff do PT, partido historicamente apoiado pelo MMC, bem antes dos movimentos de julho de 2013 e do golpe de 2016 que impeachmou Dilma. Já Luci Choinacki foi entrevistada em 2017 pela historiadora Soraia Carolina de Mello e faz parte do projeto Mulheres de Luta³, também do LEGH. Esta entrevista está inserida num cenário bem distinto das anteriores, no momento em que o Brasil vive ainda as reverberações causadas pelo impeachment e pelo avanço conservador no país, que levou Jair Messias Bolsonaro à presidência no ano seguinte. Neste cenário também diversos movimentos de ataque às temáticas de gênero e ao feminismo ganham força no país, como o Escola Sem Partido. Dessa forma, minha pesquisa, inserida no campo de História do Tempo presente, busca analisar a trajetória do MMC de Santa Catarina a partir das visões e memória destas cinco militantes (e dos materiais), entendendo suas construções coletivas mas também as subjetividades presentes em suas falas de acordo com estes contextos.

No primeiro capítulo discutirei o processo de constituição dos movimentos sociais e as condições políticas, sociais e econômicas que contribuíram para a constituição dos

³ Ver <http://www.legh.cfh.ufsc.br/projeto-mulheres-de-luta/>.

movimentos sociais no Brasil a partir de reflexões de Maria Lúcia Duriguetto e Carlos Montaño. Também farei algumas considerações sobre o surgimento do movimento social camponês no Brasil e do Movimento das Mulheres Camponesas de Santa Catarina, com base nos trabalhos de Valdete Boni e Larissa Freitas. Por fim, trarei algumas discussões sobre o campesinato no Brasil e as concepções sobre a adoção do termo “camponesa” no movimento das mulheres.

No segundo capítulo discorrerei sobre o trabalho doméstico partindo da conceitualização de Maria Cristina Bruschini e das contribuições de Soraia Carolina de Mello sobre o tema, ultrapassando as noções dualistas entre trabalho produtivo e reprodutivo, sobretudo para pensar a complexidade das atividades desempenhadas pelas mulheres camponesas e a forma como (se) este assunto é abordado pelo MMC. Nessa discussão me basearei principalmente nos trabalhos de Maria Ignez Paulilo sobre os diferentes valores atribuídos ao trabalho masculino e feminino no campo. Também abordarei as pautas do MMC pensando nas especificidades do feminismo camponês, das influências das experiências do privado na atuação política das militantes e nas estratégias de manutenção da vida no campo, sobretudo através da agroecologia, da preservação dos saberes tradicionais e da tentativa de transformação das relações de gênero.

2 CAPÍTULO 1: “Sem feminismo não há socialismo”

[...] E o movimento de mulheres camponesas então, que é; a discussão de quem produz os alimentos, das mulheres que estão no campo, de diferentes atividades, e também tem uma questão da luta de classes. Se retoma também essa discussão do que é ser o camponês, que não é o atrasado, que a camponesa não é a atrasada, que não ficou parada na história, mas é a que traz uma cultura, é a que traz os seus valores, é a que tem um cuidado com a terra. (CINELLI, 2012, p. 5).

[...] Nesse processo o feminismo entra como conteúdo no sentido de que existe uma compreensão pra nós de que o capitalismo e o patriarcado são dois lados de uma mesma moeda que vão reafirmar a exploração e a opressão contra as mulheres, a discriminação, a submissão, a desqualificação, enfim. Então, nós compreendemos feminismo como um movimento das mulheres que lutam pela igualdade, né, contra a opressão de gênero, contra o patriarcado e contra a exploração, contra o capitalismo. Então pra nós, ser feminista é assumir o que? A luta de gênero, de classe, de etnia, enfim, uma luta mais ampla. Esse é o conceito de feminismo que vem perpassando as nuances da história da luta das camponesas no Brasil. [...] (GASPARETTO, 2012, p. 3).

Os dois trechos acima foram retirados de entrevistas realizadas com militantes do Movimento das Mulheres Camponesas de Santa Catarina (em Chapecó) e fazem parte do conjunto de fontes que compõem este trabalho. Através dessas falas é possível identificar elementos que descrevem o caráter político e os princípios ideológicos do movimento: O feminismo e o combate ao capitalismo. É importante destacar que tanto Catiane Cinelli quanto Sirlei Gasparetto - mulheres camponesas - enxergam as opressões contra a classe trabalhadora e contra as mulheres como complementares, “dois lados da mesma moeda”, como destaca uma delas.

Essas duas falas deixam evidente que tais percepções não são individuais: elas fazem parte das construções de discurso, de memória e de identidade que, enquanto fenômenos sociais, compõem a própria natureza dos movimentos. Dessa forma é possível encontrar esse mesmo discurso no tópico “Quem somos” no *site* oficial do MMC:

Somos mulheres camponesas: agricultoras, arrendatárias, meeiras, ribeirinhas, posseiras, bóias-frias, diaristas, parceiras, extrativistas, quebradeiras de coco, pescadoras artesanais, sem terra, assentadas... Mulheres índias, negras, descendentes de europeus. Somos a soma da diversidade do nosso país. Pertencemos à classe trabalhadora, lutamos pela causa feminista e pela transformação da sociedade. [...] Há mais de vinte anos construímos um Movimento autônomo, democrático, popular, feminista e de classe, na perspectiva socialista (MMC, [20--?]).

Percebemos, então, que o feminismo camponês carrega consigo as compreensões da realidade das mulheres dentro de uma lógica patriarcal atravessada pelas questões de classe e de raça/etnia, construídas através das experiências e visões de mundo de suas militantes. Isso nos mostra que os movimentos sociais não são meras aglomerações de indivíduos que lutam por uma causa comum, mas se trata de organizações que atuam dentro de princípios

político-ideológicos e se organizam dentro de uma prática que pode se transformar ao longo do tempo.

Para que possamos compreender as complexidades do trabalho doméstico no campo e, sobretudo, as atuações do MMC/SC e suas formas de resistência no que diz respeito às relações e ressignificações das relações de gênero no meio rural, dedicaremos este capítulo para discutir as especificidades dos movimentos sociais [do campo], a forma como se constituem e como atuam na sociedade (de sua gênese até as transformações que sofrem ao longo do tempo) e, a partir desta análise, identificar as condições políticas, econômicas e sociais que contribuíram para a formação do Movimento das Mulheres Camponesas de Santa Catarina.

2.1 Os Movimentos Sociais no Brasil

Muitos dos movimentos sociais que emergiram no Brasil nos anos setenta tinham como principal inimigo o regime militar. Com o fim do governo militar e o início do processo democrático, os movimentos sociais passaram a se desenvolver a partir de pautas mais específicas: educação, gênero, sexualidade, meio ambiente, raça, etnia. Nesse novo contexto neoliberal, Ana Lúcia Duriguetto e Carlo Montañó (2010) ressaltam que alguns movimentos sociais “vêm ativando as lutas de classe e sociais nos marcos das contemporâneas de dominação e exploração” (p. 294). Esses movimentos se caracterizam pela contestação dos avanços neoliberais associados com o afunilamento de explorações ligadas ao trabalho, às relações de gênero e aos direitos indígenas. A nível internacional, os autores destacam a Via Campesina. Para estes autores, o principal objetivo das do movimento é “desenvolver a solidariedade entre as organizações de pequenos agricultores; preservação da terra; soberania alimentar [...]; produção agrícola sustentável, entre outros” (p. 298). A via campesina foi criada em 1992 e conta com organizações e movimentos camponeses da América Latina, Ásia, América do Norte, Caribe, América Central, Caribe e Leste e Oeste Europeu.

No Brasil, os movimentos que integram a via são o Movimento das Mulheres Camponesas, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, o Movimento dos Atingidos Por Barragens e o Movimento dos Pequenos Agricultores. O fato do MMC compôr a Via Campesina faz com que seja considerado um movimento contra o avanço do neoliberalismo, atrelado ao movimento feminista, ou seja, o Movimento das Camponesas atua contra os avanços neoliberais através de uma prática feminista, ancorada, sobretudo, na libertação das mulheres através da produção alimentar sustentável e saudável.

Embora os camponeses tenham articulado e protagonizado importantes movimentos de resistência e disputa pela terra ao longo de todo o processo histórico do Brasil - dos quais se destacam a Guerra de Canudos e a Guerra do Contestado - a formação das Ligas Camponesas são um importante marcador na constituição do que nos anos setenta e oitenta passou a se configurar nacionalmente como Movimento Camponês. A organização das Ligas Camponesas transformaram as perspectivas dos movimentos do campo no Brasil e, como veremos a seguir, umas das condições para a emergência dos movimentos sociais apontadas por Duriguetto e Montaño é justamente o cenário de lutas que antecederam o golpe de militar, dessa forma, podemos considerar que através de transformações sociais e políticas o movimento camponês dos anos 1950 reverbera e se rearranja nos anos setenta, acompanhando as mudanças sociais e levando em conta os agravamentos das condições de produção e reprodução da vida no campo.

As Ligas Camponesas eram organizações de camponesas e camponeses que se articularam principalmente no nordeste entre a década de 1940 e os anos que antecederam o golpe militar. Um dos momentos de maior expressão das Ligas foi entre 1945 e 1947, onde funcionavam, nas palavras de Marleide Sérgio, como “organizações-apêndice” (SERGIO, 2016, p. 101) do Partido Comunista, reunindo milhares de membros(as) (FREITAS, 2011, p. 271; SERGIO). Além da influência do PCB, as Ligas tiveram forte participação da Igreja Católica, sobretudo no início dos anos sessenta. De acordo com Larissa de Freitas (2016, p. 262)

Desde a década de 1950 a Igreja Católica passou a reestruturar sua atuação perante a sociedade, mostrando-se mais sensível aos problemas sociais da população, e isso vinha em grande parte da América do Sul. Entre 1961 e 1965 ocorreu o Concílio Vaticano II, que de modo geral definia uma atuação mais popular de orientação pastoral da igreja, propondo a realização de trabalhos sociais com as comunidades em que estava inserida.

O fracasso da guerrilha armada (tendo como maior exemplo a Guerra do Araguaia) e repressão violenta do regime militar contribuíram para que o Partido Comunista se tornasse cada vez menos influente nas articulações dos camponeses e fez com que a Igreja exercesse um papel fundamental nos anos sessenta na construção de uma base camponesa que vai constituir os movimentos do campo na segunda metade da década de 1970. Voltaremos a este tema mais adiante.

As Ligas serviram não apenas como meio de luta e resistência do campesinato entre a década de 1940 e 1960, elas se constituíram como importante expressão das mobilizações do campo e fazem parte da construção da memória e da identidade política e militante do movimento camponês na década de 1980. Além disso, a herança ideológica

marxista deixada pelo Partido Comunista pode ser vista ainda hoje no movimento camponês, a exemplo disso temos o feminismo com recorte de classe do MMC. A reivindicação desse passado no movimento das camponesas acontece principalmente a partir da mudança do nome, em 2004, quando se tem a necessidade de construção de uma identidade, e é nesse momento em que o resgate de um passado de lutas se torna imprescindível principalmente por se tratar de uma nomenclatura pouco utilizada nos movimentos da região sul, segundo uma das militantes

Então discutir assim o que é ser camponesa, qual o significado da vida camponesa, da cultura camponesa. Como é que se discute o campesinato, o que tem de história do campesinato. Retoma-se as Ligas Camponesas do nordeste, por exemplo. Tem um significado e as mulheres vão compreendendo isso.

Esse mesmo resgate foi feito pelos demais movimentos, sobretudo aqueles que passaram a integrar a Via Campesina. A fala de Pedro Stédile, um dos fundadores do MST e importante defensor da reforma agrária demonstra essa retomada de um passado “heróico” das Ligas:

As Ligas foram assassinadas! Como organização social foram destruídas. Mas haviam semeado em terra fértil. E suas experiências e pregações ficaram adormecidas profundamente, mas, depois de muitos anos, rebrotaram. [...] vinte anos depois, rebrotaram em diversos outros movimentos sociais no campo brasileiro. Entre eles, no MST. Por isso, muito nos orgulhamos de sermos descendentes desse grande movimento camponês, as Ligas Camponesas (STÉDILE, 2002, p. 8 *apud* SERGIO, 2016, p. 106).

Para Rosemeire de Almeida, o Brasil passa a ter uma questão agrária, ou melhor, um problema agrário com o fortalecimento das medidas de modernização do campo iniciadas na década de 1950 e que tomam maior expressão nos anos sessenta. É nesse momento, segundo a autora, que a herança latifundiária se torna mais complexa, pois a base técnica da agricultura é transformada através da “‘Revolução Verde’ que produziu a chamada ‘modernização dolorosa’”(ALMEIDA, 2009 p. 1). De acordo com Gonçalves (2004)

A própria denominação revolução verde para o conjunto de transformações *nas relações de poder por meio da tecnologia* indica o caráter político e ideológico que ali estava implicado. A revolução verde se desenvolveu procurando deslocar o sentido social e político das lutas contra a fome e a miséria, sobretudo após a Revolução Chinesa, Camponesa e Comunista, de 1949. Afinal, a grande marcha de camponeses lutando contra a fome brandindo bandeiras vermelhas deixara fortes marcas no imaginário. A revolução verde tentou, assim, despolitizar o debate da fome atribuindo-lhe um caráter estritamente técnico. O *verde* dessa revolução reflete o medo do *perigo vermelho*, como se dizia à época. Há com essa expressão *revolução verde* uma técnica própria da política, aqui por meio da retórica (p. 212 *apud* ALMEIDA, 2009, Grifos do autor).

O processo de modernização do campo no Brasil foi marcado pela substituição das plantações de café pela produção da soja e pela introdução de pacotes tecnológicos

(pesticidas, fertilizantes), seguindo um modelo que também pode ser observado na Ásia. Esse processo serviu para que houvesse o aumento da mercantilização tanto de produtos quanto das forças de trabalho (BONI, 2012).

Os impactos do “milagre econômico” agravaram as desigualdades sociais no campo, precarizando ainda mais o trabalho e as condições de vida dos camponeses em benefício do latifúndio e do crescimento da agroindústria. De acordo com Maria Lúcia Duriguetto e Carlos Montaña (2011), a modernização causou um processo acelerado na proletarização/assalariamento rural, o que aumentou o número de trabalhadores temporários e as migrações para grandes centros industriais e, é nesse momento que o Brasil passa a ser um país efetivamente urbano (p. 269). São esses fatores econômicos, sociais e políticos que vão contribuir para a emergência dos movimentos do campo.

Segundo estes autores, existem três condições históricas para a emergência dos movimentos sociais no Brasil. A primeira diz respeito à diversidade latino-americana⁴. A segunda condição está ligada ao processo de modernização conservadora no Brasil. Para os autores o período conhecido como “milagre econômico” (1968-1973) marcou o avanço do capitalismo no país através da estratégia de endividamento externo e suas consequências foram sentidas pela classe trabalhadora através de piores condições de trabalho, desemprego, fluxo migratório intenso das populações rurais para os centros urbanos (sobretudo para a região sudeste e centro-oeste)⁵, loteamentos irregulares que ocasionaram o aumento das favelas e a precarização do acesso à saúde, moradia e educação, arrocho salarial, e, conseqüentemente, o aumento da desigualdade social. Isso contribuiu para o fortalecimento das insatisfações da população que, além de lidar com a forte repressão política e a violência do regime ditatorial, passou a enfrentar também os impactos econômicos causados por este modelo capitalista de aceleração industrial. Entre o fim da década de sessenta e o início da década de setenta este modelo começa a entrar em colapso e serve para potencializar o surgimento de organizações e movimentos populares que irão eclodir na constituição dos movimentos sociais nos anos oitenta, que além do fim das articulações pelo acesso aos bens de consumo (contra carestia, associações de bairro/moradores, mobilizações pelo direito à moradia, à creche, à saúde etc) também passam a pedir o fim da ditadura (diretas já) (p. 274-275).

⁴ Como nosso foco aqui é abordar o movimento social camponês no Brasil, não nos estenderemos em discutir o contexto latino-americano. De modo geral, esta condição diz respeito aos processos históricos heterogêneos e às diferentes constituições dos grupos sociais na América-latina e suas diferentes formas de resistência.

⁵ De acordo com Duriguetto e Montaña, esse fluxo migratório fez com que a população proletária saltasse de 7,7 milhões em 1970 para 14,3 milhões na década de 1980 (p. 269).

A terceira condição está ligada ao cenário de lutas que precederam o golpe de 1964:

Entre os anos de 1961 e 1964, as organizações das classes subalternas tiveram forte momento de ascensão na sociedade civil brasileira. Aglutinados sob a bandeira das reformas de base (reforma agrária, tributária, bancária, urbana, política e universitário, de cunho democrático e nacionalista) uma forte mobilização social se expressou por meio do movimento sindical, dos movimentos no campo e do movimento estudantil. Centenas de greves foram realizadas pelo movimento sindical urbano e pelos movimentos sociais e sindicais no campo pela reforma agrária.⁶ [...] O campo democrático e popular, sustentado assim na versão de amplas camadas de trabalhadores urbanos e rurais sobre a bandeira das reformas de base, colocava em questão aqueles dois traços que caracterizam a nossa formação social: o capitalismo sem reformas e a exclusão das massas dos níveis de decisão (p. 270).

Isso demonstra a construção e a emergência de “novos” sujeitos políticos e transformações das organizações desses grupos sociais que passam a ter visões mais complexas e nacionalizadas da sociedade brasileira e essa organização atinge todos os setores: passa pelas condições da vida privada, do trabalho, do acesso a serviços fundamentais, questões de gênero, raça, sexualidades. São diferentes formas de organização que confrontam o sistema do qual são fruto. No entanto, este processo é completamente interrompido com o Golpe de 1964, onde todas as possibilidades de desenvolvimento democrático são fortemente reprimidas através da instauração de uma política de violência institucionalizada, como os Atos institucionais e os Centros de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI). O cenário extremamente hostil não impediu que houvesse organizações e articulações clandestinas de resistência ao regime. Duriguetto e Montañó (2011, p. 273) destacam a Passeata dos Cem Mil (1968), as greves dos metalúrgicos de Contagem e Osasco (1968), as atuações dos grupos de esquerda que defendiam a luta armada e atuaram através de assaltos a bancos, sequestros de representantes internacionais (destaca-se o caso do embaixador dos EUA Charles Burke Elbrick), e por meio da ação política por vias legais, como foi o caso do MDB - partido de oposição ao do governo, o Arena.

Além das três condições locais/nacionais, a emergência dos novos movimentos sociais no Brasil acompanharam as transformações no mundo ocidental em volta das mobilizações desencadeadas pelos acontecimentos de maio de 1968 em Paris, que marcam as transformações nas organizações sociais que vão repercutir nos movimentos contra a Guerra do Vietnã, pelo fim da segregação racial nos EUA e pelos direitos dos negros, no movimento feminista, movimento LGBT, o movimentos ecologista, estudantil. Assim,

⁶ Destaca-se a criação da União Nacional dos Estudantes (UNE), Centros Populares de Cultura (CPCs), Movimentos católicos (JUC, JAC), criação do Partido Comunista do Brasil (PC do B), Política Popular, Ação Popular etc. (DURIGUETTO, MONTAÑO).

Esse aparecimento assina um novo limite da conflitividade produzida pelo movimento operário: “a contestação do poder do capital sobre o trabalho não se estendeu ao poder fora do trabalho”, ou seja, as lutas operárias não conseguiram se articular com as demandas e lutas dos chamados novos movimentos sociais emergentes (p. 265).

Os movimentos sociais que se constituem no Brasil entre a década de 1970 e 1980 inserem novas visões no campo de atuação política, desenvolvendo novas concepções e “buscam lutar no seu cotidiano contra as amarras da alienação, no ‘aqui e agora’, experimentando formas organizativas de auto-gestão, auto-avaliação, criando a possibilidade histórica de desenvolvimento de um processo de conscientização sobre as condições políticas causadoras da alienação” (ALMEIDA, 2009, p. 5). O cenário anti-democrático do período militar evidenciou o “não lugar” desses sujeitos, que a partir de mecanismos locais de articulação e resistência atribuem sentido às suas indignações e que coletivamente passam a reivindicar melhorias nas condições de trabalho, a criação de políticas públicas e ampliação dos direitos civis voltados para cidadania, cultura, raça/etnia, sexualidade, gênero.

2.2 O Movimento das Mulheres Camponesas de Santa Catarina

A História de formação do Movimento das Mulheres Camponesas está inserida num contexto nacional pós-ditadura militar de reorganização dos movimentos ligados ao trabalho rural e o direito à terra. Segundo a autora Maria José Carneiro (1994, p. 11), é na década de 1980 que as mulheres do campo começam a se organizar em movimentos sociais que visam resolver problemas específicos ligados, sobretudo, ao trabalho. Isso não significa que antes desse período as mulheres não estivessem engajadas em organizações de luta camponesa, o que acontece, segundo a autora, é que “até então, a inserção feminina nos movimentos sociais no campo realizava-se, normalmente, através da participação dos respectivos maridos ou de outros familiares”. Para Elizabeth Ferreira da Cruz a participação das mulheres rurais em movimentos e organizações políticas é invisibilizada, já que elas estiveram presentes nas Ligas Camponesas⁷, na criação dos sindicatos rurais, na constituição das CEBs e pastorais sociais e de grupos que já estavam voltados para a situação das mulheres do campo, como clube de mães e clube de mulheres do campo (2008, p. 161). Essa participação invisibilizada e limitada vai ser, inclusive, o motivo pelo qual as mulheres veem

⁷ Destacamos aqui a importância política de Elizabeth Teixeira na liderança das Ligas Camponesas na Paraíba. Elizabeth assumiu o movimento em Sapé/PB depois que seu marido, João Pedro Teixeira, foi assassinado por latifundiários da região, em 1962. Para Larissa de Freitas a militância de Elizabeth se divide em duas fases: quando acompanhava o marido (mas já tinha participação ativa na Liga) nas reuniões e quando toma a frente do movimento depois do assassinato de João Pedro (FREITAS, 2011, pp. 271-272).

a necessidade de organizar um espaço onde possam ter maior participação, onde sejam responsáveis pelas tomadas de decisão e, principalmente, um espaço em que além dos interesses da “classe camponesa” também possam construir pautas voltadas para as mulheres do campo.

Para compreender o Movimento das Mulheres Camponesas é preciso pensar suas especificidades e, para além do contexto nacional, discutir as características regionais do oeste catarinense e suas implicações no tipo de organização camponesa que surge ali. Enquanto o modelo agroindustrial implantado na região norte e centro-oeste do país se caracterizou pela monocultura latifundiária de produção de soja, milho e criação de gado de corte para o abastecimento do mercado externo, a região sul é marcada pela presença de minifúndios destinados, sobretudo, ao abastecimento interno de produção de alimentos, leite aves e suínos, sendo esses dois últimos também destinados à exportação e nos quais as indústrias frigoríficas irão investir na produção integrada com os pequenos agricultores (BONI, 2012).

As origens do modelo de agricultura no sul, especificamente no oeste de Santa Catarina, tem ligação direta com o tipo de ocupação e de política de terras que se desenvolve na região. Jaci Poli (2014, p. 149) destaca que existem três fases de ocupação do oeste catarinense: a primeira, que vai até meados do século XIX e diz respeito ocupação indígena de etnia Kaingang; a segunda, conhecida como “cabocla” e tem origem da miscigenação de portugueses com indígenas da região; e a terceira, a fase da colonização, marcada pela chegada de imigrantes de origem alemã e italiana vindos do Rio Grande do Sul, sendo esta que vai definir as atividades agrícolas da região.

A chegada dos indivíduos de origem europeia vindos do Rio Grande do Sul foi causada pelo esgotamento de terras neste estado e a colonização da região oeste de Santa Catarina, amplamente estimulada pelo Estado. Dessa forma, essas famílias compravam terras no oeste através das companhias colonizadoras que eram as responsáveis pela demarcação dessas terras. É importante ressaltar que este território já era ocupado por indígenas e “caboclos”, que por sua vez não possuíam títulos das terras. Antes da colonização os caboclos concentravam suas atividades na agricultura de subsistência, mas com a chegada dos imigrantes passaram a trabalhar como diaristas ou agregados nessas propriedades (BONI, 2012).

As áreas da região eram caracterizadas pelos terrenos de difícil acesso porém a experiência europeia de produção agrícola fez com que agricultura se desenvolvesse de forma que as famílias produziam para sua subsistência enquanto o excedente era comercializado e a renda muitas vezes utilizada para pagar as companhias colonizadoras. Essa política de venda

de terras para pequenos produtores fez com que se desenvolvesse ali a policultura, mesclando produção de alimentos e criação de animais.

Com as políticas de modernização no campo houve uma virada agroindustrial que fez com que esses pequenos agricultores passassem a produzir em maior escala e especializassem sua produção/criação. Assim, a partir da década de 60 a região presencia um aumento na produção de suínos, incentivada e influenciada pelo estabelecimento de indústrias frigoríficas (Perdigão, Sadia, Aurora, Seara) e pelo Estado, como destaca Paulilo:

No Oeste do Estado, outro fator de modernização foi a expansão dos frigoríficos. Essas empresas trabalham na forma de 'produção integrada', isto é, fornecem insumos e assistência técnica ao produtor e compram toda a produção. Essa é uma forma oligopólio-oligopsônica de comércio, porque o agricultor se obriga a só comprar os insumos da agroindústria e a vender o produto para ela. Para ser integrado o agricultor tem que obedecer padrões de qualidade bastante altos e mesmo internacionais, quando os bens são exportados. Caso não o faça, ou não consegue ligar-se às empresas ou é delas desligado, porque nada lhe assegura a continuidade do contrato (1998, p.113 *Apud* BONI, p. 32).

Isso demandou que a produção de suínos e aves substituísse a policultura e, como consequência, fez com que as famílias não conseguissem mais produzir para seu próprio abastecimento e passassem a dedicar a propriedade ao atendimento das demandas industriais, pois além do produto final da produção a criação desses animais fez com que aumentasse a produção de soja e milho que serviam de alimento para aves e suínos.

Com a instalação de agroindústrias, passaram a produzir em maior escala e a se dedicar a criações mais específicas. Nos anos 1960 surge uma nova fase na produção de suínos, com a interferência direta das agroindústrias e do Estado neste processo que visava modernizar a agropecuária nacional. Essa produção foi a primeira a se destacar após a instalação dos frigoríficos na década de 1970. Os agricultores, que já produziam para o autoconsumo, passaram a produzir em maior escala e fornecer seu produto ao mercado, por meio do sistema de integração com as agroindústrias, utilizando novas técnicas para o aumento de produtividade e transformando essa produção na principal atividade econômica da região (BONI, 2014, p. 109).

O processo de integração da agricultura fez com que os agricultores e agricultoras perdessem o controle e autonomia sobre todo o processo de produção, isso porque as indústrias eram as responsáveis pelo estabelecimento das técnicas utilizadas nesse processo, dessa forma pequenos produtores perderam a centralidade da sua própria atividade (BONI, 2014; PAULILO, 1990). Outra consequência da modernização foi esgotamento das terras, o que gerou um processo migratório para outras regiões do país, conforme destaca Valdete:

Nesse período, intensifica-se a migração para o norte e centro-oeste do Brasil. Havia uma escassez de terras no oeste catarinense, as famílias eram numerosas e já não havia terra para todos os filhos. É importante lembrar que, embora não seja legal, segundo a legislação brasileira, não era comum (e ainda não é) as mulheres nessa região herdarem terras, pois supunha-se que ao se casarem teriam terra devido à herança de seu marido. Mesmo assim, as terras não eram mais suficientes para que todos os filhos homens fossem contemplados na partilha da propriedade. Com a implantação e crescimento das agroindústrias de carnes, como a Sadia e a Perdigão,

havia o incentivo para que alguns migrassem para as cidades para servir de mão-de-obra urbana (p. 34).

A autora destaca que esses fatores, aliados às influências da igreja (abordaremos esta questão mais adiante) geraram uma resposta de organização e articulação dos Camponeses que resultou na emergência e reorganização de diversos movimentos

A reorganização de muitos movimentos no campo foi ocorrendo de forma gradativa; eram reuniões, em muitos casos grupos de consciência ou de reflexão, que aconteciam ainda, em sua grande maioria, no espaço da igreja, de forma mista ou não neles eram discutidos variados temas voltados para a realidade cotidiana da região onde as pessoas viviam: dificuldades enfrentadas por pequenos agricultores com relação à expropriação crescentes de terras; dificuldades com plantio; discussões sobre a falta de auxílio do governo; reflexões em torno das transformações que estavam ocorrendo diante da campanha governamental de modernização do Campo; crescimento do latifúndio em detrimento da pequena propriedade; reforma agrária; entre outras. Muitas mulheres da área rural também passaram a participar desses debates e reflexões (que eram predominantemente compostos por homens) propostos por clérigos ou agentes pastorais. (FREITAS, 2011, p. 265).

Estes grupos começam a tomar forma mais organizativa a partir da segunda metade da década de 1970, acompanhando a constituição de movimentos sociais em todo o país, tanto no espaço rural quanto no urbano. Um dos marcos mais importantes para o movimento camponês (sobretudo no sul do Brasil) foi a ocupação da fazenda Macali, em Ronda Alta/RS e da fazenda Burro Branco, em Abelardo Luz/SC, em 1979 e 1980, que deram origem ao Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, o MST (DURIGUETTO, MONTAÑO, 2011; BONI, 2014). Nesta mesma época vários trabalhadores da região do Alto Uruguai (SC e RS) são desapropriados de suas terras para a construção de usinas hidrelétricas (Itaipu, Itá), o que gera mobilizações que dão origem ao que nos anos oitenta seria conhecido como Movimento dos Atingidos por Barragens, o MAB. Além da influência da Igreja Católica, Valdete Boni também aponta para a importância do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Chapecó, que foi conquistado pela oposição em 1980 e passou a se mobilizar em favor da diminuição de juros e crédito especial para agricultores familiares e direitos trabalhistas. O sindicato vai ter papel importante também no que diz respeito ao incentivo à sindicalização das trabalhadoras rurais em 1982 e no reconhecimento da profissão “agricultora”. Isso reflete no fato de que na sua primeira década o Movimento das Mulheres Agricultoras vai traçar pautas e construir lutas ligadas ao trabalho, motivadas, sobretudo, pelos interesses de classe:

Nos anos da década de 1980 se consolidaram diferentes movimentos de mulheres nos estados, em sintonia com o surgimento de vários movimentos do campo. Nós trabalhadoras rurais construímos a nossa própria organização. Motivadas pela bandeira do Reconhecimento e Valorização das Trabalhadoras Rurais, desencadeamos lutas como: a libertação da mulher, sindicalização, documentação,

direitos previdenciários (salário maternidade, aposentadoria...), participação política entre outras” (MMC [20--?]).

Em 1986 o MMC dá um importante passo em direção às conquistas dos direitos trabalhistas das mulheres do campo: a eleição de Luci Choinacki como deputada estadual de Santa Catarina. Luci foi a primeira mulher agricultora eleita ao cargo de deputada no Brasil, e a segunda mulher a ocupá-lo no estado⁸. Segundo ela, sua candidatura foi incentivada tanto pelo sindicato dos trabalhadores rurais quanto pelo Partido dos Trabalhadores. É interessante ressaltar que a proximidade dos movimentos do campo no oeste de Santa Catarina e do sindicato dos trabalhadores rurais com o PT tem a ver com o fato de que as pessoas que constituíam tanto os movimentos quanto o partido eram as mesmas, evidenciando que o movimento camponês se atrelava a diferentes formas de luta política: a religiosa, a sindical, a partidária e a dos “novos” movimentos sociais, essa mesma metodologia esteve presente na constituição do MMC - quando ainda se chamava MMA. Nas palavras da ex deputada:

era pra ser candidata a deputada, mas ninguém queria ser, nem eu, porque a gente achava um abs...pra nós era coisa do outro mundo, política, fazemos um movimento, me realizava fazendo movimento e trabalhando na roça daí, foi foi, daí as mulheres vai tu Luci, tu já fala mais, não sei o que, daí eu aceitei, vamos lá, vamos ver o que que dá, mas a gente saiu pra cumprir uma meta, uma missão, não era para buscar eleição, nem ideia passava pra isso né, ai tanto que quando a gente, se elegeru [...] o pessoal, tinha pessoas que diziam, as próprias mulheres, aquelas que não faziam campanha pra gente : - tu até pode se eleger, mas o que que tu vai fazer lá? Né, e foi a única que se elegeru do PT, em 86, e a única mulher também, num estado que não é, assim, tão democrático com as mulheres, um estado de, que eu digo que Santa Catarina é de uma linha conservadora ainda, com a participação feminina popular, social, e eu vim desse meio e foi uma batalha enorme pra se garantir como, num mandato (CHOINACKI, 2017 p. 3).

A eleição de Luci Choinacki foi fundamental para a defesa e conquistas dos direitos das mulheres camponesas. Durante o exercício do mandato a então deputada relata ter sofrido diversas formas de opressão:

[...] então a minha vida na política foi assim, muito dura, como é, porque [...] por primeiro por ser mulher, segundo por ser agricultora, terceiro por ter um envolvimento sempre social e botar sempre os pobres em primeiro lugar, pobre não dá lucro, pobre só dá voto, então isso eles, muito gente pensa, e pra mim trabalhar com esse público eu tive que fazer muito esforço, pra eles acreditar que eu podia ajudar, que o mandato podia ser um instrumento de, não de fazer as coisas, mas de mobilizar, de apresentar sugestões e trabalhar junto, isso a gente conseguiu por muitas vezes (p. 04).

Luci representa o que podemos chamar de primeira fase política pós-ditadura, caracterizada pela inserção pela via política tradicional de indivíduos ligados aos movimentos sociais e às demandas populares, sendo que sua eleição serviu para que mulheres de várias

⁸ Antonieta de Barros foi a primeira mulher a ocupar o cargo de deputada estadual no Brasil e a primeira mulher negra a ocupar um cargo político no país, em 1935.

regiões do país lançassem campanhas e ocupassem cargos municipais, como vereadoras. Percebemos, então, que num primeiro momento os movimentos sociais tiveram inserção no sistema tradicional político, ocupando cargos públicos e levantando bandeiras pela reivindicação de direitos.

As transformações do movimento de acordo com os direitos conquistados na constituição de 1988 resultam num afastamento e rompimento com o sindicalismo, com o partido e com a igreja na década de 1990 e define uma identidade mais autônoma e voltada para as questões de gênero (BONI, *Ibidem*, p. 39). Em 1995 vários movimentos autônomos de mulheres do campo se juntam e constroem a ANMTR, Associação Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais.

Para Larissa Freitas, as mobilizações das mulheres do Campo em Santa Catarina se deram por dois motivos fundamentais: 1) atuação das comunidades eclesiais de base (CEBs) e 2) do compartilhamento de experiências ligadas à realidade das mulheres do Campo e a necessidade de uma organização em defesa de seus direitos (FREITAS, 2011, pp. 265 - 266). Este segundo motivo não foi exclusivo do movimento das mulheres camponesas, muito menos das constituições do feminismo só no Brasil. Os grupos de reflexão eram espaços utilizados para refletir e compartilhar experiências e vivências pelas mulheres, principalmente sobre a realidade das mulheres camponesas. Larissa Freitas afirma que estes grupos foram originalmente utilizados pelos primeiros grupos feministas nos Estados Unidos. Acreditamos que a concepção de originalidade é perigosa, principalmente quando se parte de uma perspectiva ocidental. O fato desta metodologia ser utilizada também pelas mulheres camponesas -sendo praticamente impossível pensar num tipo de inspiração nessa metodologia - o que defendemos é que, num contexto de perseguição e impossibilidade de publicizar certos debates (a questão da mulher não tinha espaço dentro das pautas “mistas”) esta estratégia do diálogo, da conscientização, do compartilhamento de ideias em um espaço seguro e privado faz com que os indivíduos sintam maior liberdade para abordar certas temáticas e esta prática ultrapassa as questões de gênero e não se limita aos Estados Unidos e Europa.

Era uma forma de a gente compreender o mundo, compreender-se a si próprio no mundo e a partir desse mundo que eu vivi, que eu vivo, que eu estou inserido, os padrões, cultura, tradições, vícios, concepções, educação, que educação eu recebi, como eu vivi, como se dá toda essa discussão... Como É que eu interpreto isso e aí vem todo o processo da indignação, porque a pessoa começa a se indignar e o movimento dialoga com isso e diz: não basta indignação, é preciso superar e propor (GASPARETTO, 2012, p).

Boa parte das percepções da realidade e do fomento organizativo do movimento das mulheres agricultoras vieram da forte ligação com a Igreja, principalmente através das

mudanças políticas adotadas a partir do Concílio Vaticano II, ocorrido entre 1961 e 1965. A partir dele a Igreja “adotou uma atuação mais popular de orientação pastoral da igreja, propondo a realização de trabalhos sociais com as comunidades em que estava inserida. Muitos desses trabalhos se desenvolveram nas Comunidades Eclesiais de Base” (FREITAS, 2011, p. 262), as CEBs. As Comunidades Eclesiais de Base tiveram um papel fundamental nas aproximações e mediações entre a população e as questões políticas da época (Ibidem, p. 261), o que fez com que a Igreja substituísse as vias políticas tradicionais, como o sindicato, durante os anos de chumbo. De acordo com Jacir Casagrande (1991) isso acontece porque os “canais tradicionais de organização e representação política, os anos pós 64, no Brasil, passaram a ser severamente controladas pela ditadura militar e muitos líderes sindicais combativos foram eliminados”, isso nos ajuda a compreender o espaço que a Igreja ocupava nessas comunidades, nas palavras de Freitas (2011, p. 262):

Naquele momento, a participação da Igreja poderia garantir três condições fundamentais para as pessoas engajadas nesses movimentos: maior proteção frente à repressão existente; reconhecimento dos movimentos que se organizavam; e uma espécie de “mediação” entre comunidade e governo.

Percebemos que a Igreja é muito mais que um espaço de exercício da fé, mas também possui uma dimensão política que serve de ferramenta de articulação e mobilização, e nesse momento, o fato de estar mais alinhada à ideologia de esquerda, acaba servindo de No Oeste de Santa Catarina, as camponesas e camponeses contaram com a presença do Bispo Dom José Gomes:

[...] daí aconteceu que numa época lá no oeste, nos anos 79 início de 80, começou um grande movimento de igreja católica, igreja baseada na teoria, na teologia da libertação, não na igreja do dogma, de ficar fechado dentro daquelas estruturas e achar que o mundo vai resolver por ali. Aí a gente teve a felicidade de ter um bispo, que era, igual o José Gomes também que não está mais nesse plano, terreno. Ele dizia pra gente, que a gente podia mudar o mundo, que a vida podia ser melhor. Eu fiquei tão feliz ouvindo isso, e a gente através da pastoral da terra organizar o movimento de mulheres sem terra, outros movimentos, mas o grande cerne, o motivador, o que deu força, foi o bispo dom José Gomes, foi ele.. (CHOINACKI 2017, p.2)

A fala de Luci Choinaki destaca o papel da igreja e coloca Dom José Gomes — mais do que uma liderança religiosa — uma figura política central na articulação dos movimentos do campo na região Oeste do estado, o “cerne” e “motivador”, nas palavras da militante camponesa. A saída política das mulheres do espaço privado se deu em primeiro lugar a partir da Igreja, pois assumiram trabalhos ligados à catequização, ministério de liturgia, agentes pastorais (BONI, 2014, p. 223), além disso essas atividades permitiam que tivessem grande contato com a comunidade, o que facilitava a organização de espaços em que podiam dialogar e compartilhar suas experiências. Na organização de algumas mobilizações e

trabalhos de base, Luci Choinacki fala que muitas vezes recorriam à ajuda dos padres da comunidade “Então a gente fazia os encontros, muitas vezes batia na casa do padre, às vezes o padre acei...tratava mais ou menos, às vezes não, às vezes bem, tudo era, depende a cabeça, era uma forma de trato” (2017, p. 03).

Com base nas discussões apresentadas, partimos da ideia de que o surgimento do movimento das mulheres camponesas de Santa Catarina resultou tanto das influências de sua participação ativa nos serviços da igreja através das pastorais e das Comunidades Eclesiais de Base como também das atuações conjuntas com os movimentos do campo e organizações como sindicato e o Partido dos Trabalhadores, que fez com que a impossibilidade de ampliação dos debates ligados às pautas exclusivas das mulheres do campo demandasse a criação de um espaço exclusivo feminino, onde pudessem elas mesmas tomar a frente do movimento.

2.3 A atualidade do conceito “camponesa(ês)”

Assim como o conceito de movimentos sociais, as concepções sobre campesinato são diversas, contraditórias e oferecem uma infinidade de possibilidades teóricas entre defesas de seu uso e de seu abandono. Neste tópico traremos algumas considerações sobre quem são os camponeses e camponesas na constituição dos movimentos sociais do campo no Brasil e quais as implicações do uso do termo “camponês” enquanto categoria política, cultural e de classe pelo Movimento das Mulheres Camponesas de Santa Catarina.

A disputa pela terra - marcada por revoltas, guerras, escravidão, dizimação de povos originários - está presente em todos os períodos, regimes políticos e regiões do Brasil. Nesse longo processo de jogos de poder que privilegiam a grande propriedade e o latifúndio, o uso e destruição desenfreada dos recursos naturais e, conseqüentemente, o fortalecimento das desigualdades sociais causadas pelas expropriações, migrações compulsórias e exploração do trabalho, é possível identificar uma figura recorrente: o/a camponês/a.

Para Maria Motta e Paulo Zarth, o fato dos camponeses estarem presentes em todos os períodos da história do Brasil faz com que existam “princípios mínimos que permitem aos que investem, tanto no campo acadêmico quanto no político, dialogar em torno de reflexões capazes de demonstrar a presença da formação ou condição camponesa, sob a variedade de possibilidades de objetivação ou de situações sociais.” (2008, p.7). De modo geral, a maior parte das teorias contemporâneas sobre o campesinato se ancoram na análise das suas relações de produção desta com o sistema capitalista. Segundo Valdete Boni, existem

visões contraditórias sobre a pequena produção camponesa, pois alguns teóricos a enxergam como atraso a ser superado pelo capitalismo (e fadada ao desaparecimento) enquanto outros consideram-na uma necessidade para a reprodução deste (BONI, 2012, p. 107). De acordo com a autora, a maior dificuldade em conceitualizar o termo é o fato de que ainda existe uma defesa de que os camponeses estão limitados ao período feudal europeu, outros justificam que para que um indivíduo seja considerado camponês é necessário que este não possua relações com o mercado, ou seja, sua produção deve ser apenas para subsistência familiar.

Esta mesma concepção pode ser percebida nas palavras da socióloga Maria Ignez Paulilo quando esta afirma que

Muitos estudiosos crêm que essa categoria só se aplica a países que tiveram um passado feudal. Outros a reservam para agricultores pouco ligados ao mercado. Nós, neste trabalho, estamos considerando como camponeses os agricultores que trabalham principalmente com mão-de-obra familiar e são considerados pequenos e médios proprietários e produtores, segundo os critérios do INCRA e da FAO para a região em que vivem (2004, p. 230).

Seguindo a mesma base de pensamento de Paulilo, Maria Motta e Paulo Zarth (2008, p.7) destacam que o campesinato deve ser visto como uma categoria analítica e histórica constituída

[...] por poliprodutores, integrados ao jogo de forças sociais do mundo contemporâneo [...] pela produção, em modo e grau variáveis, para o mercado, termo que abrange, guarda as singularidades inerentes a cada forma, os mercados locais, os mercados em rede, os nacionais e os internacionais. Se a relação com o mercado é característica distintiva desses produtores (cultivadores, agricultores, extrativistas), as condições dessa produção guardam especificidades que se fundamentam na alocação ou no recrutamento de mão-de-obra familiar. Trata-se do investimento organizativo da condição de existência desses trabalhadores e de seu patrimônio material, produtivo e sociocultural, variável segundo sua capacidade produtiva (composição e tamanho da família, ciclo de vida do grupo doméstico, relação entre composição de unidade de produção e unidade de consumo) (pp. 7- 8).

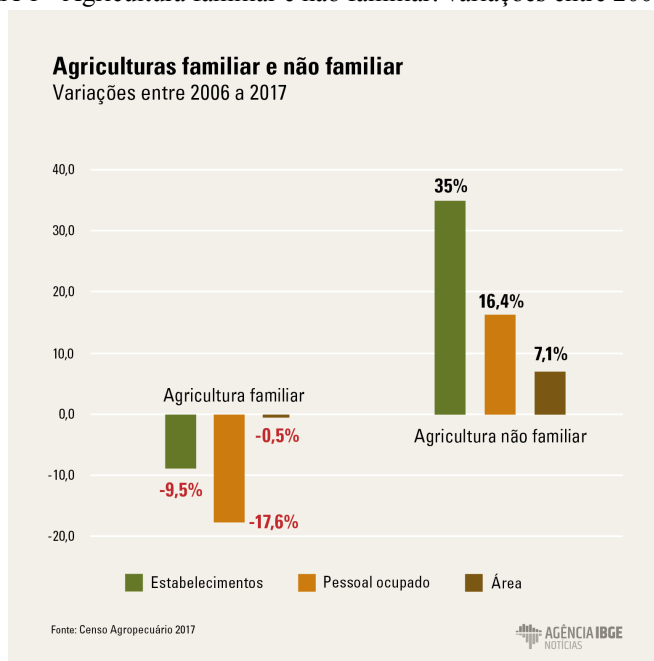
Dessa forma, para esses autores, o grau de interação com o sistema capitalista não é o traço definidor do campesinato, pelo contrário, o mercado é justamente o ponto que distingue os camponeses entre si e faz com que esta categoria seja economicamente diversificada e heterogênea, embora a classe seja um marcador fundamental em sua constituição. É nas condições de produção que os autores encontram o denominador comum entre o campesinato: trata-se da dependência da mão-de-obra familiar na produção e reprodução da vida no campo, em outras palavras, podemos diferenciar o campesinato de outras formas de produção a partir da não geração de lucro através da mais-valia.

Nas duas concepções são destacadas questões fundamentais e primordiais para a existência do campesinato: o acesso à terra e usufruto de seus recursos - sejam eles provenientes de criação de animais, agricultura, extrativismo - e o uso da força de trabalho

familiar, ou seja, da estrutura familiar. Isso ajuda a compreender, por exemplo, como o campo ainda hoje funciona com organizações específicas de divisão sexual do trabalho e como esse funcionamento permite que as militantes do MMC utilizem a lógica do patriarcado para analisar as relações de gênero no campo, temas que serão discutidos em nosso segundo capítulo.

Dados do último censo agropecuário, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) entre 2016 e 2017, apontam para uma diminuição ocorrida num intervalo de onze anos no número total de estabelecimentos de agricultura familiar (pequena propriedade) e, conseqüentemente, de pessoas ocupadas com o trabalho nessas unidades de produção. Em contrapartida, revelam que houve um aumento significativo no número e na área destinada às médias e grandes propriedades (agricultura não familiar). Além disso, a agricultura familiar perdeu nesse período cerca de 2,2 milhões de trabalhadores, enquanto mais de sete mil novos postos de trabalho foram criados na agricultura não-familiar (AGÊNCIA, c2017).

FIGURA 1 - Agricultura familiar e não familiar: variações entre 2006 a 2017.



Fonte: IBGE/ Agência IBGE Notícias, 2019.

De acordo com o artigo primeiro do decreto nº 9.064 de 31 de maio de 2017, considera-se Unidade Familiar de Produção Agrária (UFPA), o “conjunto de indivíduos composto por família que explore uma combinação de fatores de produção, com a finalidade de atender à própria subsistência e à demanda da sociedade por alimentos e por outros bens e serviços, e que resida no estabelecimento ou em local próximo a ele” (BRASIL, 2017). Ainda de acordo com o decreto, as UFPA devem obedecer quatro requisitos: 1) possuir, a qualquer

título, área de até quatro módulos fiscais⁹; 2) utilizar, no mínimo, metade da força de trabalho familiar no processo produtivo e de geração de renda; 3) auferir, no mínimo, metade da renda familiar de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento e 4) ser a gestão do estabelecimento ou do empreendimento estritamente familiar.

Os dois principais fatores que ajudam a explicar a queda do número de UFPA são: o envelhecimento da população camponesa e o êxodo rural da população jovem, sobretudo das mulheres, o que gera, além do envelhecimento no campo, sua masculinização (abordaremos esta questão no segundo capítulo). Além disso, o decreto que estabelece os critérios de classificação das UFPA parece não acompanhar as novas dinâmicas de organização do campesinato no Brasil, o que impossibilita que muitas propriedades atendam a todos os critérios. Para além dos seus impactos materiais, os dados que apontam a diminuição dessas propriedades ajudam a fortalecer o estigma de que esses grupos são economicamente atrasados e estão fadados ao desaparecimento, enquanto que a agroindústria seria o potencial de desenvolvimento, sobretudo econômico, do Brasil. Em entrevista publicada no site da Radio Mundo Real Fm (2011), Ploeg afirma que

Os camponeses investem muito, não através de mecanismos bancários mas de seu trabalho: constroem terraços, irrigações, aumentam a fertilidade do solo e isto traz como consequência o fato de que a agricultura camponesa seja produtiva. Também temos que levar em conta que frequentemente está ameaçada e isso se relaciona com o que hoje em dia se fala em nível mundial sobre a apropriação de terras. Eu diria que essas compras de terras não são um investimento em agricultura, mas sim a desapropriação das possibilidades de desenvolvimento.

O Brasil conta com uma área de 351,289 milhões de hectares ocupada por um total de 5.073.324 estabelecimentos agropecuários, o que corresponde a 41% do território nacional. 77% desses estabelecimentos são de agricultura familiar, entretanto, essas propriedades ocupam uma área de 80,89 milhões de hectares, o equivalente a apenas 23% da área agrícola total. Isso demonstra que a maior parte do território destinado a atividades agropecuárias concentra as grandes propriedades agroindustriais (ligadas principalmente a produção de *commodities* e produtos para exportação, como milho e soja), revelando o problema agrário com relação à divisão de terras no Brasil (AGÊNCIA, c2017).

⁹ Os módulos fiscais são medidas em hectare estabelecidas para cada município (o valor de 1 módulo fiscal no Brasil varia entre 5 e 110 hectares) pelo INCRA, de acordo com parâmetros como: tipo de exploração feita no município, a renda média obtida através destas atividades etc. Em Chapecó, por exemplo, 1 módulo fiscal equivale a 20 hectares. Isso significa que dentro dos parâmetros descritos neste decreto, para que uma propriedade rural chapecoense seja classificada como UFPA ela deve ter uma área total de no mínimo 20 hectares (1 módulo) e no máximo 80 (4 módulos). EMBRAPA. Módulos fiscais. Disponível em: [https://www.embrapa.br/codigo-florestal/area-de-reserva-legal-arl/modulo-fiscal#:~:text=M%C3%B3dulo%20fiscal%20%C3%A9%20uma%20unidade,de%20explora%C3%A7%C3%A3o%20predominante%3B%20\(c\)>](https://www.embrapa.br/codigo-florestal/area-de-reserva-legal-arl/modulo-fiscal#:~:text=M%C3%B3dulo%20fiscal%20%C3%A9%20uma%20unidade,de%20explora%C3%A7%C3%A3o%20predominante%3B%20(c)>). Acesso em: 9 set. 2020

Esses dados revelam que a questão agrária foi - e ainda é - o ponto de contradição central que justifica a luta dos movimentos do campo no país. A discussão sobre a questão agrária brasileira passou a ser objeto de análise ainda no século XX por teóricos como Caio Prado Júnior, Alberto Passos Guimarães e Manuel Correa de Andrade (ALMEIDA, 2009, p.1). Valdete Boni afirma que a forma com que foi feita distribuição de terras no país caracterizou o tipo de campesinato que se desenvolveu aqui e que a questão agrária é o reflexo de um processo que concentrou a terra nas mãos dos senhores e, em contrapartida, dificultou o acesso e a posse pelos pequenos produtores, ou seja, o campesinato (p. 122). Essa mesma questão - sobre a terra - também é evidenciada por Maria Motta e Paulo Zarth

O significado que a propriedade da terra tem até hoje, como um elemento que ao mesmo tempo torna viável e fragiliza a reprodução do capital, gera uma polarização (de classe) entre o proprietário concentrador de terras (terras improdutivas) e aquele que não tem terras suficientes. Desse fato decorrem duas conseqüências principais. Por um lado, essa contradição não é residual na sociedade brasileira, constituindo-se um dos pilares de sua estrutura social; por outro, a principal luta dos camponeses é pela construção de seu patrimônio, condição *sine qua non* de sua existência. Essa luta foi e continua sendo muito forte em diversos momentos e sob as mais variadas formas. Ela tem um caráter eminentemente político e corresponde ao que se costuma chamar o “movimento camponês” (p. 13).

Para compreender o Movimento das Mulheres Camponesas de Santa Catarina e o uso do termo “camponesa” como estratégia política e social é necessário ir além dos determinismos econômicos e refletir sobre as construções de identidade que são a grande “novidade” dos movimentos sociais.

Os autores que têm dedicado suas pesquisas às atuações do movimento camponês no Brasil observam existir uma tentativa recente deste em resgatar o passado de mobilizações camponesas, no sentido de construção de sujeitos e atores sociais onde a memória atua como um dos pontos cruciais desta constituição, já que o uso da categoria “camponês” carrega consigo um sentido político e histórico, sobretudo no Brasil, onde tivemos as ligas camponesas como um marco das mobilizações do campo. Maria Ignez Paulilo é uma das que faz esta reflexão, para ela o uso de “camponês”

[...] tem uma conotação política de criação de identidade em momentos de luta (haja vista as Ligas Camponesas), que as militantes do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) estudadas neste artigo querem recuperar. Tanto querem recuperar essa identidade que está em processo a mudança do nome do movimento para Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). Ressaltamos que não estamos considerando o termo ‘agricultura familiar’ mais neutro politicamente que o de ‘camponês’, apenas que ele cria uma identidade menos moldada pelo confronto (2004, p. 3).

Embora Paulilo ressalve que não considera o termo “agricultura familiar” mais neutro politicamente, concordamos com Valdete Boni quando ela afirma que “este termo

[camponês] sempre teve, no Brasil, uma conotação mais política que as outras denominações usadas regionalmente: pequenos agricultores, sitiantes, lavradores, trabalhadores rurais, colono, etc” (p. 69). Com o advento dos movimentos sociais no Brasil, o camponês se constitui e reivindica seus direitos e seu reconhecimento enquanto ator social

Dessa forma, o campesinato, forma política e acadêmica de reconhecimento conceitual de produtores familiares, sempre se constituiu, sob modalidades e intensidades distintas, um ator social da história do Brasil. Em todas as expressões de suas lutas sociais, seja de conquista de espaço e reconhecimento, seja de resistência às ameaças de destruição, ao longo do tempo e em espaços diferenciados, prevalece um traço comum que as define como lutas pela condição de protagonistas dos processos sociais. (MOTTA, ZARTH, 2008, p. 10).

Movimento das Mulheres Camponesas é um exemplo de transformação das concepções de identidade sobre sua própria classe e acompanha o processo de globalização dos movimentos camponesas, nas conexões de sujeitos que, embora sejam heterogêneos, diversificados em suas particularidades culturais, históricas e territoriais se unem numa categoria que tem nas suas relações de produção com a terra e a natureza seu ponto de convergência, sendo capaz de criar identificações entre indivíduos em todo o território nacional. Segundo o próprio MMC (20--?), as militantes se definem como:

[...] Somos mulheres camponesas: agricultoras, arrendatárias, meeiras, ribeirinhas, posseiras, bóias-frias, diaristas, parceiras, extrativistas, quebradeiras de coco, pescadoras artesanais, sem terra, assentadas... Mulheres índias, negras, descendentes de europeus. Somos a soma da diversidade do nosso país. Pertencemos à classe trabalhadora, lutamos pela causa feminista e pela transformação da sociedade.

Essas mulheres são diversas mas se unem através da identidade camponesa e isso significa tornar o movimento abrangente, nacionalizado, conectado com os demais grupos e movimentos rurais. Segundo Valdete de Boni

Parti da ideia de que a ressignificação do conceito, elaborado pelo MMC, serviu para que se conseguisse abranger a diversidade de participantes, já existentes ou potenciais, dentro do movimento. Essa mesma ressignificação foi realizada pela Via Campesina para justificar a pluralidade dos movimentos que a compõem e para dar um caráter mais político à rede formada (BONI, p. 171).

Valdete Boni sugere três hipóteses para a mudança do nome. A primeira vai de encontro com os argumentos do próprio MMC, ou seja, a adoção de “camponesa” consegue englobar as diferentes atividades desempenhadas pelas mulheres do campo.

FIGURA 2: Logotipo/Identidade visual do Movimento de Mulheres Camponesas



Fonte: MMC

É possível observar a construção da diversidade do movimento através de sua bandeira. Ela evidencia o que consideramos ser o tripé do movimento: o trabalho, que está representado pela enxada e também pelos alimentos, mas que também pode ser associado à figura da mãe no trabalho doméstico; a soberania alimentar e a agroecologia, representadas pela cesta de alimentos; e a mulher enquanto geradora de vida, representada tanto na figura da mãe quanto na da agricultora, o que toca na questão do MMC aproximar a mulher da natureza, além disso, o mapa do Brasil ao fundo e a diversidade racial das personagens representam as três raças que constituíram a base étnica nacional: a indígena, a branca e a negra.

A segunda hipótese está ligada ao fato de que a noção de “camponês” se conecta com a agricultura familiar e a produção de alimentos, que se tornaram as principais bandeiras do movimento a partir dos anos 2000 com a defesa da agroecologia. A terceira é complementar à segunda, pois diz respeito à integração do MMC à Via Campesina,¹⁰ que desenvolve uma articulação muito parecida com as noções que o movimento das camponesas assume a partir de 2004, mesmo ano em que passa a integrar a Via (pp. 67-68).

¹⁰ A definição da Via Campesina sobre sua constituição segue a mesma linha do MMC: “La Vía Campesina es un movimiento internacional que reúne a millones de campesinos, agricultores pequeños y medianos, sin tierra, jóvenes y mujeres rurales, indígenas, migrantes y trabajadores agrícolas de todo el mundo. Construido sobre un fuerte sentido de unidad, la solidaridad entre estos grupos, que defiende la agricultura campesina por la soberanía alimentaria como una forma de promover la justicia social y dignidad y se opone fuertemente a los agronegocios que destruyen las relaciones sociales y la naturaleza.” ¡GLOBALICEMOS LA LUCHA, GLOBALICEMOS LA ESPERANZA! Via Campesina. Disponível em <<https://viacampesina.org/es/la-voz-de-los-campesinos-y-de-las-campesinas-del-mundo5/>>. Acesso em: 18 nov. 2020.

É importante salientar que o termo “camponês” sempre teve uma conotação mais política no Brasil, diferente de colono, por exemplo, que é a forma pejorativa pela qual os descendentes de imigrantes europeus de diversos lugares da região sul do país (e ainda são) chamados.¹¹ Talvez este tenha sido um maiores empecilhos encontrados na mudança do nome, já que muitas militantes não aceitavam a troca, além do mais, considerando que o movimento tinha se constituído em seus vinte anos de atuação (1983-2003) na luta pelo reconhecimento do trabalho das mulheres, tanto do ponto de vista trabalhista quanto da valorização deste no espaço privado da família

[...] olha acho que foi em 2003 se não me engano. Mas tem que dar uma olhada nos documentos. Que se aponta para o movimento nacional. A partir disso, então, é feito uma discussão nos estados. Porque por exemplo, o movimento de mulheres agricultoras, então tinha essa identidade de agricultoras em Santa Catarina. Até pela questão da realidade do Oeste de Santa Catarina, principalmente né?! Que é onde surge o MMA, que é a produção de grãos, então a identidade mesmo é agricultor. Então, nem todos os estados, ou nem todas as categorias têm essa mesma identidade. No Rio Grande do Sul, é Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais. No Paraná, se eu não me engano, era organização de Mulheres da Roça. Enfim, cada estado tinha uma nomenclatura. Pra se organizar o movimento nacional, tinha que se chegar numa identidade comum, que englobasse as agricultoras, que plantam grãos, mas também as quebradoras de coco, que não são agricultoras, também as catadoras, também as extrativistas, que não é agricultora, tem uma outra... mas que não deixa de ser camponesa (CINELLI, 2012, p. 4).

Para nós, a adoção do termo “camponesa” permite que se crie conexões de tempo e espaço entre as/os diversos atores sociais que compartilham uma mesma identidade e se conectam através de uma categoria, de uma classe política que, heterogênea e diversificada em suas particularidades culturais, históricas e territoriais encontra nas suas relações de produção com a terra e a natureza e na soberania alimentar seu ponto de convergência, sendo capaz de criar identificações entre indivíduos em todo o território nacional e internacional.

¹¹ Sobre a questão da construção do “colono” ver SEYFERTH, Giralda.

3 CAPÍTULO 2: “Não lutamos para sair da cozinha”

A adoção do nome “Camponesas” é considerado pelas militantes do MMC o momento crucial para o estabelecimento de sua autonomia. É nesse momento em que a prática feminista se expressa com mais força no movimento, principalmente através da agroecologia e em defesa da alimentação saudável. Ao assumir pautas que defendem o meio ambiente, a produção consciente e sem agrotóxicos, a soberania alimentar e a preservação das sementes crioulas as militantes fortalecem a reivindicação do espaço das mulheres e a emancipação feminina a partir de uma aproximação entre o ser mulher e a capacidade da natureza de gerar vida.

Partindo do pressuposto de que o “não sair da cozinha” significa não a justificção de uma opressão mas uma forma de reivindicar a ocupação e o controle de um espaço que por muito tempo foi visto como sinônimo da subalternização feminina e onde o poder do homem se impunha à mulher e aos filhos, este capítulo se dedica à discussão sobre o trabalho doméstico no campo e a construção do feminismo camponês, assim como da análise das novas relações de gênero que são estabelecidas no espaço doméstico.

O uso de entrevistas com militantes do movimento nos ajudam a analisar e a compreender como essas mulheres compreendem o espaço e o trabalho doméstico no campo e como suas vivências particulares se articulam/interagem com o coletivo. “Los testimonios de mujeres abren juicio sobre el pasado desde una perspectiva, la de hoy, en la cual la presencia en el espacio público de los movimientos de mujeres y feministas es vital” (OBERTI, 2010, p. 16-17).

3.1 Feminismo camponês

Foi em meados dos anos de 1990 que as militantes do Movimento das Mulheres Agricultoras (MMA) tiveram contato com discussões feministas, e, assim, começaram a debater temas como sexualidade, violência e saúde, abrangendo suas bandeiras de luta e aumentando suas pautas para constituir aquilo que em 2004 seria unificado e renomeado como Movimento das Mulheres Camponesas. Para Larissa Freitas (2014),

Podemos dizer que a identificação desses movimentos de mulheres rurais com o feminismo foi “tardio”, se levarmos em conta que, explicitamente, as publicações, discursos e reivindicações, diretamente voltadas para aquilo que esses movimentos chamam de feminismo, datam do ano de 2005 em diante. As razões para que isso tenha ocorrido certamente são inúmeras, mas o fato é que nos dias de hoje, esse “dizer-se feminista” por parte desses movimentos, é algo central em suas estratégias

políticas, direcionamentos internos e em suas lutas tanto públicas quanto privadas (p. 79).

Observando as características de constituição dos movimentos sociais, nos parece mais adequado partir do pressuposto de que existe muito mais uma reivindicação do feminismo camponês enquanto como movimento feminista do que uma identificação com o feminismo. Isso não significa que essa identificação não exista, mas que a partir do momento em que estas mulheres entram em contato com produções feministas, sejam elas literárias, palestras, oficinas etc, conseguem traçar similaridades de práticas comuns com seu próprio movimento, principalmente na luta contra as opressões de gênero. A partir dessas conexões da atuação das mulheres camponesas com a teoria feminista passam a perceber que o MMA, ao longo da sua trajetória, construiu um feminismo específico, e, por isso, reivindicam seu movimento como um movimento feminista, como ressalta Elizabeth da Cruz: “Ainda que não se reconhecessem como feministas, muitos desses grupos e movimentos adotaram metodologia tipicamente feminista, através de grupos de reflexão, oficinas, encontros através dos quais as próprias mulheres vão desre-construindo a sua história” (CRUZ, 2008, p. 164). Podemos encontrar alguns desses elementos na fala de Catiane Cinelli, militante do MMC:

Eu penso que o feminismo ele é um conceito, ele é um tema, ele é um movimento que se trabalhou muito nos movimentos feministas das cidades. Que o feminismo no campo ele nunca foi um ponto tão forte, então eu acho que até por isso, e pela dificuldade de que em muitos momentos, pelas diferentes interpretações do feminismo, e que assusta, e que é pesado, e que nós soubemos que até hoje se assumir como feminista a gente assume um compromisso muito grande. Então, o feminismo ele não deixava de acontecer no movimento, ele sempre aconteceu (2012, p. 07).

A identificação considerada “tardia” por Larissa de Freitas diz respeito ao próprio processo de constituição do movimento feminista no Brasil. Diferente do que ocorreu nos Estados Unidos, onde o feminismo surge em contato direto com os movimentos sociais e próximo da militância, No Brasil, as feministas de segunda onda estavam ligadas diretamente à academia, dessa forma,

As acadêmicas, por sua maior exposição a idéias que circulam internacionalmente, estavam numa posição privilegiada para receber, elaborar e disseminar as novas questões que o feminismo colocara já no final da década de sessenta nos países capitalistas avançados. Assim, quando o movimento de mulheres no Brasil adquire visibilidade, a partir de 1975, muitas das suas ativistas ou simpatizantes já estavam inseridas e trabalhavam nas universidades (HEILBORN, SORJ, 1999, p. 4).

Essa posição de privilégio toca diretamente nas questões de classe, já que este acesso informativo se deu no exterior (principalmente nos Estados Unidos e Europa) enquanto estiveram exiladas, ou ainda através de viagens de lazer ou de estudos (PEDRO, 2010, p.

126). As leituras de teóricas feministas do MMC são bem mais recentes, como mostra Sirlei Gasparetto (2012):

Aí é uma questão também mais complexa, eu diria, porque nós temos diferentes compreensões assim da perspectiva teórica do feminismo. Por exemplo, uma das questões que nós temos, vou citar alguns nomes e a Noeli pode trazer outros aí que ainda são. Elizabeth Teixeira, tem influência na nossa... a Simone [...] A Simone de Beauvoir, “não se nasce mulher, faz-se mulher”, ela enfrenta todo um debate, toda uma construção com o próprio companheiro, o Sartre né, então a Simone de Beauvoir nós temos. Que são leituras que de uma forma ou de outra a gente vai fazendo (p. 12).

Embora não desenvolva muito este tema, é interessante sua tentativa inicial de diferenciar o feminismo acadêmico e teórico do feminismo camponês, em nossa análise apontamos duas hipóteses - que não se anulam e podem ser complementares - para esta concepção: a primeira é de que as militantes vinculam o feminismo acadêmico ao seu “marco de origem”, como pontua Paulilo (2010), associando-o a mulheres ocidentais, brancas e de classe média; a segunda hipótese tem a ver com a continuação da fala da militante

[...] Mas enquanto movimento isso do ponto de vista da teoria, da academia, porque nós temos influências também políticas e acadêmicas das feministas, mas é mais forte no movimento as lutadoras do povo. Então pra nós, por exemplo, Santa Catarina, que nós destacamos, Chica Pelega, Maria Rosa do Contestado, né, Anita Garibaldi, né, nós temos a Rosa de Luxemburgo, nós temos Olga Benário, Margarida Alves - a nível de Brasil, Indira Gandhi. E aí eu queria te sugerir (GASPARETTO, 2012, p. 12-13).

Ou seja, as leituras do feminismo camponês estão muito mais ligadas ao conhecimento da história de mulheres que foram importantes líderes e atuantes de movimentos de classe e do campo do que no pensamento teórico feminista. Isso não significa que essas produções não sejam discutidas por essas mulheres, até porque o fato de fazerem leituras sobre a vida de mulheres que tiveram papel importante em disputas ligadas ao campesinato, as quais Sirlei de refere como “lutadoras do povo”, como Margarida Alves, Elizabeth Teixeira, Chica Pelega, Maria Rosa do Contestado, tenta aproximar as militantes do MMC dessas personalidades, muito provavelmente na tentativa de criar conexões e inspirações com a realidade das mulheres do MMC.

Como destacamos anteriormente, o feminismo camponês se constitui com um forte caráter de classe e esta base que vai desenhar o tipo de feminismo que se constrói entre suas militantes. Como mencionamos, os movimentos sociais no Brasil se fundamentaram fortemente a partir da ideologia marxista, sobretudo os movimentos do campo e o movimento feminista. Segundo Valdete Boni

O feminismo marxista parte do princípio que há uma inter-relação entre a opressão de classe e a opressão contra a mulher, assim a luta das mulheres e a luta de classes

não podem ser dissociadas. Para as feministas marxistas, a opressão das mulheres não ocorre da mesma forma, dependendo de sua classe, sua cor e sua cultura. Todas as mulheres sofrem a opressão de gênero, no entanto isso se dá de forma diferente dependendo de qual destes lugares a mulher se encontra (2014, p. 83).

Em algumas falas trazidas no capítulo anterior são frequentes as relações entre a opressão das mulheres e as opressões de classe, dessa forma, o feminismo camponês parte do pressuposto de que a libertação das mulheres camponesas (e de todas as mulheres) representa a emancipação humana. O próprio trabalho doméstico é interpretado como forma de exploração patriarcal

O capitalista apropria-se do trabalho doméstico de forma gratuita - não entra no cálculo do salário - e sequer o reconhece como trabalho. A exploração aparece misturada a diversos mecanismos vinculados à cultura, às tradições etc., com a aparência de puro afeto (aos filhos e ao marido). Na família, o afeto existe, mas ligado à necessidade de reprodução social capitalista, que nada tem a ver com a afeição, mas sim com a exploração. Se o valor do salário incluísse o custo do trabalho doméstico, o lucro empresarial se reduziria muito e o salário de quem trabalha aumentaria de forma inversamente proporcional (MMC, 2007).

Essas concepções têm forte proximidade com as primeiras interpretações feministas sobre a divisão sexual do trabalho e do trabalho doméstico, que tinham uma base teórica também marxista, temas que abordaremos no próximo tópico. Para Mirla Cisne (2013, p. 16) a situação das mulheres na sociedade faz com que além de passarem pela alienação de classe, advinda da dominação ideológica, sofrerem também com o processo de opressão gerado pelo gênero, ou seja, por serem mulheres e por pertencerem a uma “natureza feminina”, que faz com que sejam delimitadas a certos comportamentos, espaços e funções dentro da sociedade - o que por sua vez, as coloca na posição de inferioridade em relação aos homens.

Embora o MMA tenha se afastado da influência da Igreja a partir dos anos 1990, quando temáticas como sexualidade, reprodução, saúde da mulher do campo começam a aparecer como pautas dentro do movimento e conflituam com o conservadorismo religioso, é possível perceber que houve uma assimilação dos métodos utilizados nas CEBs

Nos movimentos sociais do campo, que se apoiam no trabalho da Igreja, encontramos uma espécie de democracia de base, um igualitarismo comunitário, onde todos participam das decisões e acreditam no seu saber e na sua capacidade de resolver os problemas que enfrentam. É a experiência da prática das CEBs que é levada para dentro dos movimentos sociais do campo, como continuidade (CASAGRANDE, 1991, p. 13).

Esta “democracia de base” é identificada na organização do MMC e na forma como as pautas e decisões são discutidas em cada esfera (municipal, regional, estadual, nacional). A presença dessa influência se torna bastante visível nas dinâmicas adotadas nas reuniões do MMC, que comporta uma metodologia muito semelhante a encontros

catequéticos e novenas. A mística talvez seja o momento de maior expressão dessa influência. Segundo Boni (2014), “Nas apresentações iniciais dos encontros sempre há uma mística, há falas, símbolos que representam as camponesas como instrumentos de trabalho, flores, sementes, alimentos, bandeiras. Cada elemento destes tem um significado especial para o movimento” (p. 223).

O trabalho de base funciona como uma forma de desenvolver uma forma de consciência mais politizada e historicizada das mulheres camponesas sobre o trabalho que fazem e sobre a importância que este tem sobre a produção e reprodução da vida no campo. Nesse espaço, as experiências individuais são acolhidas e passam a se sentir parte de um coletivo, cria-se um senso de pertencimento que se torna o ponto de partida para a construção da identidade dessas militantes

só algo que é assim importante saber que teve né. É importante a gente saber que esse tempo todo teve esse processo de fazer esse debate de ir na base, conversar com as mulheres. E como a Cati diz: aqui na região essa questão do agricultor, da agricultora, é muito forte. Que as pessoas se assumem como agricultoras, mas também nesse momento teve o debate da questão de classe, que quando a gente fala em agricultor a gente compreende o pequeno, o médio e o grande latifundiário como agricultor. E quando a gente fala em camponês a gente fala do pequeno, da agricultura, como é que eu posso dizer, que é voltada pra sustentabilidade, que é mais, que tem não só essa questão de ter menos terra em suas mãos, mas que tem também a produção diversificada e é em menor escala né. Então teve todo esse processo do debate mesmo da questão de classe, que nós somos camponesas, nós nos identificamos mais como camponesas porque pertencemos à classe trabalhadora e pobre (CINELLI, 2012, p. 36).

Por isso, a sindicalização e o reconhecimento do trabalho feminino e da profissão de agricultora são tão fortes no movimento, dessa forma, é interessante perceber as implicações que a adoção do termo “camponesa” têm na percepção do trabalho das mulheres, pois o reconhecimento do trabalho produtivo através da concepção de agricultora pode servir como uma ferramenta de delimitação entre os espaços doméstico e produtivo. Se pros movimento do campo em geral (mistos) o termo camponês carrega consigo um teor político e histórico que remonta às ligas camponesas, para as mulheres a alcunha de agricultoras envolve questões relacionadas ao difícil processo de reconhecimento de seu trabalho, sobretudo na esfera produtiva, de modo que e sua substituição pode ser percebida pelas militantes como a perda de um espaço. Nesse ponto, é importante pensar em como o movimento aborda a produção agroecológica de alimentos de um ponto de vista biológico, ou seja, justifica de maneira positiva as atividades ligadas à agricultura de subsistência ou de pequeno mercado, conectando com questões como cuidado, maternidade, afeto etc.

Então pra mim assim, tanto a questão, tanto da identidade camponesa, quanto da feminista ela é um processo, por que, acho que a Geneci tocou nesse ponto, porque

as mulheres elas se identificavam muito como agricultoras “tá e agora como que vai ser a gente ser um movimento de mulheres camponesas?!” Então, na construção do movimento também. Então eu acho que é esse processo de conscientização, de formação, de luta, de organização.... Porque daí é tu tá numa comunidade, tu tá no município, tu tá na regional, tu tá no estado e de repente tu tá no nacional. (CINELLI, 2012, p. 11)

Percebemos que a abordagem dos conceitos no movimento sempre parte de uma percepção da realidade das camponesas, tentando estabelecer conexões entre o que é ser feminista e o que elas, no seu dia a dia, fazem que as torna feministas, como o que é ser feminista no campo, como a prática feminista se aplica e se visualiza no cotidiano dessas mulheres. Essas análises conseguem criar formas que explicam a realidade a partir das vivências dessas mulheres, e, concomitantemente, a transformação dessa realidade também parte de práticas cotidianas, num movimento de mudança individual, ou seja, o trabalho de base. Percebemos esse processo de construção na fala de Catiane Cinelli,

Então isso vai despertando, e a luta vai despertando e a partir da luta, a partir da formação, a partir da consciência é que a gente vai se assumindo feminista. Mas que pra mim, o feminismo, eu me dizer feminista, não quer dizer que eu esteja formada, mas eu continuo tendo atitudes machistas, por exemplo. Porque eu tenho clareza que a minha educação foi machista. A minha educação foi católica, a minha educação foi machista, a minha educação foi racista. Então eu, como ser humano em construção eu digo: sou feminista mas estou em construção. Porque para mim o feminismo também é isso. É ir se construindo como ser humano, é ir se libertando enquanto mulher, e isso vai acontecendo no processo (2012, p. 11).

O feminismo aqui é percebido como uma ferramenta de libertação das mulheres, em oposição à religião, por exemplo. Reconhece-se que as instituições que tiveram papel importante na formação social dessas mulheres as colocava e fazia com que se percebessem - num lugar de inferioridade, de pressão, de violência, e é bastante interessante observar como o feminismo, enquanto forma política de luta, desenvolve novas visões de mundo e como esse desenvolvimento é gradual.

Outro ponto interessante é a forma como o termo “feminista” ou “feminismo” deixa de ser periférico (ou inexistente) e passa a ocupar um lugar de centralidade nesses materiais. Em cartilha de 2004 direcionada à questão dos documentos das mulheres do campo, a palavra feminismo e feminista não aparecem em nenhum momento, já a palavra gênero aparece apenas no termo relações sociais de gênero.

E essa coisa do feminismo, às vezes as palavras ainda pra muitas companheiras, elas ainda são muito, não tão compreensíveis né, então dentro do movimento a gente vem trabalhando a todo momento vem trabalhando a questão da cultura camponesa e feminista pra que as mulheres comecem a perceber o que que é, porque de início quando se falava em feminismo “ah mas então nós somos o contrário de machismo”, pensaram numa coisa assim que a concepção das mulheres foram se construindo né. A partir do momento que as mulheres perceberam que ser feminista é ser uma mulher que assume a missão de camponesa, que produz alimento, mas que também

faz a luta, que também quer construir uma nova sociedade, que isso é ser feminista, as mulheres começam a se assumir como feministas (TABORDA, 2012, p. 6).

Sobre a questão das nomenclaturas utilizadas pelo MMC, percebemos como o termo “feminista” quase sempre é colocado junto de termos que remetem à realidade dessas mulheres, à identidade delas, por exemplo: feminismo camponês, feminismo popular, o uso dessa linguagem pode ser considerada estratégica tanto para aproximá-la das camponesas como também para marcar uma certa diferenciação entre seu feminismo e o feminismo hegemônico.

É interessante como o Movimento das Mulheres Camponesas - a partir dos relatos de suas militantes - atua e se (re)constrói ao longo do tempo numa perspectiva de processo, a emancipação dessas mulheres está sempre em direção a um “aperfeiçoamento”, o feminismo vai sendo incluído e desenvolvido aos poucos e aos poucos surgem novas pautas, novas discussões, cada vez mais novos sujeitos vão sendo percebidos dentro do movimento, as realidades mudam e isso gera uma demanda de mudança para o movimento. Utilizando um modo simples e de fácil visualização, observemos os materiais do *site* do MMC disponíveis para *download*:

FIGURA 3: Materiais do MMC disponíveis para *download* em seu *site* oficial

   	<p>Feminismo Camponês Popular na luta contra a LGBTIFOBIA (2020)</p> <p>Cartilha Feminismo Camponês e Popular - apresentação (2018)</p> <p>Cartilha Feminismo Camponês e Popular (2018)</p> <p>Cartilha de esclarecimento sobre a reforma da Previdência Social (2016)</p> <p>8 de março dia de luta, resistência e enfrentamento das mulheres trabalhadoras - Folder (2016)</p> <p>Mulheres camponesas na luta contra a violência - Folder (2014)</p> <p>Agroecologia, uma alternativa para a continuidade da vida - Folder</p> <p>Camponesas promovendo soberania alimentar com a diversidade brasileira - Projeto MDS (2011)</p> <p>Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde SUS - Ilustrada (2006)</p> <p>Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde SUS - Íntegra (2006)</p> <p>Cuidando do nosso Bioma - Folder</p> <p>Nenhuma trabalhadora rural sem documentos - Cartilha (2004)</p> <p>Gênero, Sexualidade e Direitos das Mulheres - Cartilha (2008)</p> <p>Gênero, Sexualidade e Direitos das Mulheres - Folder (2008)</p> <p>Mulheres camponesas em defesa da saúde e da vida - Cartilha (2008)</p> <p>Mulheres camponesas em defesa da saúde e da vida - Folder (2008)</p> <p>Mulheres preservam a Biodiversidade - Folder</p> <p>Sementes de vida nas mãos das mulheres camponesas</p> <p>Texto Base MMC (2007)</p>
---	--

Fonte: MMC

Embora alguns arquivos estejam sem data, observa-se claramente as temáticas que vão sendo inseridas nas pautas e, sobretudo, no trabalho de base do movimento. Percebe-se, conforme já ressaltado ao longo desta pesquisa, um deslocamento temático - e que também é político - que parte do campo do trabalho e chega em questões como sexualidade e direitos LGBTQI+. Na cartinha de 2020 “Feminismo Camponês popular na luta contra LGBTIFOBIA” observa-se que as pautas ligadas à diversidade sexual e identidades de gênero é assumida principalmente pelas militantes mais jovens, como podemos observar na imagem abaixo.

FIGURA 4: Mulheres jovens são retratadas à frente das pautas ligadas aos direitos LGBTQI+ e contra a LGBTIFOBIA em cartilha do MMC de 2020.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS



II ENCONTRO JOVEM DO MMC - 1º ESPAÇO DO MMC NACIONAL À SE DEBATER LGBTIFOBIA

**FEMINISMO
CAMPONÊS
POPULAR
NA LUTA CONTRA
LGBTIFOBIA**

Vivemos em uma sociedade construída sobre os pilares do capitalismo, que tem

Assim, as estruturas desse sistema são também fruto do período escravocrata, numa reconfiguração geopolítica com predominância do imperialismo.

Aprofundando a característica da propriedade privada, responsável como já dito, pela desigualdade social no mundo.

O capitalismo tem em seu cerne a

Fonte: MMC

A problematização de temas que antes ficam às margens evidencia as trocas e os impactos que as transformações sociais, culturais e políticas inserem sobre a realidade, fazendo com que os movimentos sociais lidem com as novas demandas geradas

principalmente por novas gerações, principalmente se pensarmos que os movimentos só existem quando são efetivos ou estão em fusão (VIANA, 2018), ou seja, os movimentos sociais só são movimentos sociais se houverem pessoas mobilizadas para os constituir. Dessa forma, é importante pensar que a abordagem de “novos” temas no movimento tem a ver com uma demanda interna e externa, ou seja, é preciso que o movimento crie estratégias de mobilização das mulheres, sobretudo das novas gerações, mas essas transformações também partem de dentro do movimento a partir do momento em que novas sujeitas o compõem e colocam outras pautas e questionamentos em discussão.

Em pesquisa realizada com adolescentes de duas escolas-piloto em assentamentos do MST no Paraná, Sonia Shwendler (2020) constatou que, embora as hierarquizações nas relações de trabalho com base no sexo/gênero contribua para a construção de um tipo de educação dos jovens camponeses, no sentido de reproduzirem-na, essas novas gerações também são capazes de promover conflitos e levantar questionamentos dessas práticas, isso porque

além de crescer num período histórico diferenciado, integra regimes de gênero distintos que vão se modificando com as transformações da agricultura, com a influência do mundo globalizado e do acesso à informação e à escolarização, com a formação de gênero, a auto organização, a participação em movimentos sociais e a vivência de práticas mais colaborativas (p. 3).

Outro fator que deve ser levado em consideração é a masculinização e o envelhecimento do campo que tem ocorrido de forma gradativa nos últimos anos. Levando em consideração a importância que as mulheres têm na produção e reprodução da vida no campo, sobretudo na geração de mão-de-obra, Parry Scott (2010)

A masculinização do campo (proporção de homens rurais em relação à proporção total de residentes rurais) é uma ocorrência em todas as regiões, sendo mais intenso no Centro-Oeste (55,4%) e no Norte (54,9%), ficando um pouco menos intenso no Centro-Sul (53,1%), no Sul (52,6%), e com menor ocorrência no Nordeste (52,0%) (p. 18).

Embora o Sul (foco de nossa pesquisa) tenha uma população masculina e feminina equilibrada, Scott destaca que o estado está entre os que a população feminina é mais idosa (mais de 60 anos), chegando a 14,2% (p. 18). Ainda de acordo com o autor

É na faixa etária de 20 a 39 que se verifica uma marcada transferência da população rural para a situação urbana. - A partir da faixa de vinte anos, a presença feminina no campo diminui proporcionalmente mais rápido, enquanto os homens apresentam maior tendência de ficar no campo em cada faixa etária sucessiva (p. 19).

A diminuição da população feminina faz com que o MMC crie novas estratégias para que as mulheres, sobretudo as jovens, permaneçam no campo, já que são estas as principais responsáveis pela prática agroecológica e pela preservação do ambiente camponês,

além do mais, são as mulheres também as responsáveis por gerar novas vidas camponesas, por isso a maternidade é tão valorizada. A migração feminina muitas vezes está relacionada à desvalorização do trabalho das mulheres, às violências e também como forma de adquirirem independência financeira, não dependendo da estrutura familiar para isso.

A abordagem de pautas mais “progressistas” e que questionam as naturalizações criam possibilidades de renovação no movimento, já que os jovens, por terem mais acesso às novas formas de informação e por muitas vezes circularem entre o urbano e o rural contribuem para novas valorizações do rural e da cultura camponesa (SCOTT, 2010, p. 19).

3.2 Trabalho doméstico no campo

Fougeyrollas-Schwebel (1991, p. 257) define trabalho doméstico como o “conjunto de tarefas relacionadas ao cuidado das pessoas e que são executadas no contexto da família – domicílio conjugal e parentela – trabalho gratuito realizado essencialmente por mulheres”. As abordagens teóricas sobre o trabalho doméstico remontam à década de 1970 através das discussões sobre a divisão sexual do trabalho. No Brasil, os estudos sobre a questão das mulheres “nasce” com o movimento social feminista a partir de publicações sobre trabalho feminino produtivo e a presença das mulheres no mercado de trabalho, como as publicações de Heleieth Saffioti, em 1969, e Eva Blay, em 1978 (BRUSCHINI, 2006, p 332). Nesse momento, as feministas viram o abandono do trabalho doméstico para a entrada no mercado de trabalho como forma de emancipação do sistema patriarcal ligado ao espaço privado, porém, isso não funcionou, já que as mulheres tiveram que conciliar o trabalho assalariado e tarefas domésticas, o que fez com que muitas passassem a ter dupla ou múltiplas jornadas já que “poucas mulheres, qualquer que seja a sua condição social, escapam do trabalho doméstico” (FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 1991, p. 260).

Segundo Danièle Kergoat (1991), a divisão sexual do trabalho é “a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; essa forma é historicamente adaptada a cada sociedade” (p. 67). As primeiras análises feministas sobre a divisão sexual do trabalho procuravam se afastar das teorias biologizantes de diferença sexual que justificavam que as mulheres, dotadas de uma “essência materna” e donas de uma “natureza sentimental”, deveriam assumir as tarefas ligadas ao cuidado dos filhos, da família e do espaço doméstico, enquanto os homens estariam ligados ao trabalho produtivo e ocupando cargos com grande reconhecimento social, além disso, começaram a defender a ideia de que não se tratava de

uma divisão complementar, mas sim de uma relação de poder dos homens sobre as mulheres. Desse modo, as teóricas sobre a divisão sexual do trabalho passaram a dividi-la e defini-la a partir de dois princípios organizativos: o da separação - a existência de trabalhos de homens e trabalhos de mulheres, sendo o primeiro ligado à esfera produtiva e o segundo à esfera reprodutiva; e a da hierarquização - o trabalho dos homens vale mais do que o trabalho das mulheres e isso reflete, inclusive, nas funções que os homens ocupam na sociedade (p. 67).

A autora destaca que a influência do marxismo nessas primeiras análises feministas colocava no centro as oposições entre capital/trabalho e o modo de produção. Logo esse dualismo se mostrou insuficiente para a análise das relações de trabalho e acabou sendo substituído e as novas abordagens passaram a tratar o trabalho doméstico como “atividade com o mesmo peso do trabalho profissional. Isso permitiu que se considerasse simultaneamente a atividade realizada nas esferas doméstica e profissional, e pudemos raciocinar em termos de uma divisão sexual do trabalho” (p. 69). Concordamos com Soraia de Mello (2016) quando diz que as perspectivas de análise das relações de trabalho com base no gênero que partem das divisões entre esfera pública e privada, entre trabalho produtivo e reprodutivo são mais teóricas do que empíricas (p. 49), principalmente quando se pensa no espaço rural. A própria ideia de hierarquização de funções é insuficiente, já que o trabalho é qualificado de acordo com quem o executa, e não o contrário (PAULILO, 1987), ou seja, o trabalho realizado pelo homem é considerado de mais valor (simbólico ou material) do que o trabalho realizado pela mulher, independente do fato de ser realizado no espaço público ou privado, com fins produtivos ou reprodutivo.

Maria Cristina Bruschini (2008) define o trabalho doméstico a partir de um “panorama mais global” (MELLO, 2016, p. 43), organizando-o em cinco blocos de tarefas, cada um deles ligados a certas competências e que demandam saberes e o desenvolvimento de habilidades diversas,

Em um primeiro bloco, estariam incluídas as tarefas relativas aos cuidados com a casa ou outro tipo de moradia, espaço no qual se passa a vida familiar cotidiana (limpeza da casa, arrumação do mobiliário e dos objetos de adorno, cuidado de plantas, limpeza e manutenção de utensílios domésticos etc.) [...] O segundo bloco inclui as tarefas de alimentação e higiene pessoal, cozinhar, lavar pratos e outros utensílios, costurar, lavar e passar roupas usadas tanto na casa quanto pelos moradores. Entre a aquisição dos bens no mercado e seu consumo pelos membros da família, muito trabalho é necessário: na alimentação, por exemplo, é visível a quantidade de trabalho exigida na limpeza, cozimento e preparo dos alimentos. O terceiro bloco de atividades agrupa a prestação de serviços físicos e psicológicos aos membros da família, o cuidado com os idosos ou incapacitados da família, bem como os cuidados em relação à saúde física e psicológica de todos os membros da família, quer de forma preventiva (alimentação, administração de vitaminas ou vacinas, higiene, prática de esporte e de terapias) quer orientados para a cura (assistência aos doentes). [...] Um quarto bloco reúne atividades voltadas para a

administração da unidade doméstica, que demanda atividades que vão desde o pagamento de aluguéis, impostos, prestações, contas, salários de empregados e outras despesas e administração do patrimônio, através de poupança ou de investimentos. Também são tarefas desse bloco a aquisição dos bens de consumo necessários para a casa e a família, tais como alimentos, produtos de limpeza ou de higiene pessoal, por meio de idas regulares a feiras, supermercados e similares [...]. um quinto bloco inclui a manutenção da rede de parentesco e de amizade, que se realiza na forma de visitas, telefonemas e troca de presentes ou de pequenos favores, que reforçam laços de solidariedade e de convivência (BUSCHINI, 2008, pp. 70-71).

Percebemos que existem diferentes tarefas e atribuições ligadas ao trabalho das mulheres no espaço doméstico, que vão desde a limpeza e manutenção do espaço físico da casa até atividades de cuidado. A concepção de cuidado enquanto um tipo de tarefa doméstica e não apenas um complemento desta nos faz pensar sobre o nível de complexidade envolta no espaço doméstico e os tipos de atividade realizada sobretudo por mulheres. Por isso, a reflexão feita por Soraia é tão importante

De forma geral, sob a perspectiva feminista, a principal contribuição dos atuais desdobramentos das discussões sobre o trabalho doméstico tem sido possibilitar não simplesmente que o trabalho doméstico seja reconhecido como trabalho, essencial e indispensável, mas que um amplo leque de diferentes atividades executadas pelas mulheres como trabalho gratuito, para suas famílias e para a sociedade, possa ser compreendido como trabalho doméstico. (MELLO, 2016, p. 53).

Assim é possível complexificar as noções de trabalho doméstico e pensar a respeito de atividades que são naturalizadas como “femininas” ou que são interpretadas como “dons” ou “habilidades” inatas às mulheres, mas que na verdade compõem os bojos do trabalho doméstico em suas diferentes formas, nas diferentes realidades sociais. Um exemplo disso é a concepção de que cuidado, assim como lavar a roupa, limpar a casa, fazer compras é também um tipo de trabalho.

É neste tipo de atividade (de cuidados) onde consideramos existir as maiores dificuldades de negociação na divisão dos serviços domésticos entre os membros da família, sobretudo entre os homens e mulheres, pois a ideia de cuidado carrega consigo — mais do que outras tarefas — a justificativa biológica da sensibilidade feminina ligada ao “senso de maternidade”, afeto, amor, carinho¹². O cuidado (ou trabalho de *care*) diz respeito ao tipo de serviço feito para outras pessoas que envolve questões física, intelectuais, afetivas e emocionais, geralmente quem recebe este cuidado são as crianças, os idosos, o cônjuge,

¹² Em algumas pesquisas sobre divisão de tarefas doméstica e sobre a participação dos homens é recorrente que estes declarem que “cuidam dos filhos”, entretanto, em nossa análise, esse cuidado está muito mais ligado às questões como alimentação, levar/buscar na escola, dar banho e não deixar a criança sozinha em casa na ausência da mãe do que necessariamente um trabalho de *care*, até porque muitos desse “cuidar dos filhos” é delimitado ao período em que a mãe não está e tem muito mais a ver com a integridade física da criança.

aqueles que adoecem ou com deficiências (HERRERA, 2015, p. 63). O trabalho de cuidados perpassa todas as atividades cotidianas ligadas tanto à casa quanto à família (p. 63), dessa forma, podemos considerar que ele ocupa um espaço que abrange a vida das mulheres em tempo integral.

Como mencionado anteriormente, a forma de organização e divisão do trabalho no campo, ou melhor, das relações de gênero ligadas ao trabalho no campo, não seguem um padrão e muito menos obedecem à premissa dualista entre trabalho reprodutivo e produtivo. Isso acontece de forma ainda mais visível do que no espaço urbano pelo fato de não existirem delimitações entre o espaço da casa e o espaço de produção, aliás, a casa - enquanto estrutura física - também serve de ambiente para a realização de atividades ligadas à renda, como costura, artesanato, preparo de doces, bolos, conservas para venda etc.

Em seus estudos sobre a colonização de Joinville, Giralda Seyferth (1974) caracteriza a unidade familiar como “a Colônia (Kolonie), tomada no seu sentido particular, é a base da existência do camponês na área: inclui a propriedade com tudo que ela contém (casa, estábulo, pastagem, roças etc.), é pois a unidade básica dentro do sistema econômico em questão” (1974, p. 152). Assim, tanto no campo quanto na colônia, existe uma extensão do lar que ultrapassa a estrutura física da casa e isso influencia diretamente no tipo de trabalho executado pelas mulheres, que mistura tanto atividades reprodutivas (as tarefas descritas por Bruschini, por exemplo) quanto produtivas. A espacialidade rural também é caracterizada dessa forma no decreto de 2017 mencionado no capítulo anterior, inclusive, a unidade domiciliar estar dentro ou próxima à unidade de produção, um dos requisitos para classificação da UFPA.

Esta circulação das mulheres entre o espaço de produção e o espaço doméstico faz com que exista certa dificuldade de visualizar o que é trabalho doméstico e o que não é. Aliás, não raro as próprias camponesas consideram todas as atividades realizadas por elas como trabalho doméstico, “as [próprias] mulheres veem os campos em volta de sua moradia como uma extensão da casa e não separam o trabalho que fazem nos dois espaços, declarando todas as atividades [que realizam] como trabalho doméstico” (PAULILO apud in HERRERA, 2013, p. 285).

Analisando a cartilha do MMC (2007) direcionada para trabalhos de base com as mulheres do campo, encontramos um tipo de dinâmica que busca fazer com que percebam a quantidade de atividades que elas realizam durante um dia. A dinâmica faz parte do primeiro encontro, intitulado “Mulher camponesa: resistência, sabedoria e defesa da vida!” (p. 6). Depois da acolhida e da mística, a coordenadora do encontro deve pedir para que as mulheres

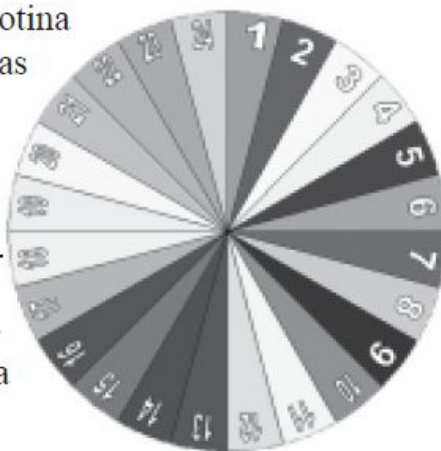
se dividam em grupos e compartilhem com as companheiras suas histórias e sua rotina. Depois, elas devem realizar a seguinte atividade

FIGURA 5: Dinâmica sobre atividades realizadas pelas mulheres em um dia

Em seguida, vamos representar nossa rotina diária, descrevendo as atividades realizadas durante as 24 horas do dia, através de palavras dentro de um relógio desenhado num papel pardo ou cartolina com pincel colorido, conforme o exemplo ao lado.

Deixar o grupo em torno de 15 minutos para fazer esta atividade e retomar em plenária onde cada grupo vai apresentar a construção feita.

Após a apresentação de todos os grupos, vamos aprofundar um pouco mais sobre nosso dia-a-dia de mulher camponesa.



Fonte: MMC

Depois é feita uma leitura coletiva em que fique evidente o volume de trabalho feito pelas mulheres ao longo do dia

Nosso dia-a-dia é marcado pela sobrecarga de trabalho, de tarefas e de responsabilidades, que, muitas vezes, são causa de adoecimento nosso e de várias companheiras, por conta do excesso de trabalho. [...] Assim, um dos traços mais marcantes de nossas vidas é o TRABALHO. Muito cedo começamos a trabalhar em casa, nas tarefas cotidianas, na roça e no cuidado com as plantas, horta e animais. [...] Somos camponesas porque com o nosso trabalho produzimos comida saudável para alimentar a população (p. 7).

A primeira coisa que se pode perceber é que as noções de trabalho são construídas a partir da observação das mulheres sobre seu próprio cotidiano, o que facilita a compreensão destas enquanto sujeitas, já que o método as coloca como linha de partida. A segunda é que é possível perceber que existe uma dupla abordagem do trabalho. A primeira reconhece que existe uma sobrecarga de trabalho atribuída às mulheres camponesas e que seus efeitos são negativos, podendo ser motivo de adoecimento. Por outro lado, o trabalho é o que define o ser camponesa, por isso é extremamente valorizado. Além disso, não é possível identificar uma diferenciação entre o trabalho doméstico e o trabalho produtivo, ou seja, a ideia de trabalho é praticamente universal: tudo o que as mulheres camponesas fazem, todas as atividades são consideradas trabalho, a diferença é que o trabalho doméstico não é remunerado

Na verdade, o trabalho realizado dentro de casa (comida, limpeza da casa e das roupas...), cuidado com as crianças, doentes e idosos; e, no caso nosso das camponesas, nos arredores da casa (limpeza do pátio, cuidado com os animais, a

horta, as flores, o pomar,...) também é interpretado como NÃO TRABALHO. Quem se beneficia com isso? A quem interessa isso? O que isso significa no relacionamento entre mulher e homem? (MMC, 2007, p. 9).

É interessante perceber como o cuidado é incluído como trabalho, bem como as atividades realizadas no entorno da casa. Não queremos traçar comparações entre o conhecimento acadêmico e o conhecimento das mulheres camponesas, ou seja, do movimento social, mas observa-se que esta concepção de trabalho doméstico é tão abrangente e complexa quanto a desenvolvida por Maria Cristina Bruschini. O “não trabalho” se expressa em dois pólos dessa falta de reconhecimento: uma privada (da família, sobretudo dos homens) e uma pública (o trabalho gratuito e não reconhecido).

A falta de delimitações de tempo para realizar atividades específicas no espaço de produção e no espaço doméstico configura uma das diferenças percebidas por Luci Choinacki (2017) entre o trabalho doméstico no meio rural e urbano, ela destaca que

Não tem como comparar, porque no urbano tu tem, pode ter... as mulheres são de que não tem participação da família, muitas vezes se obrigam fazer muita coisa em casa também né, mas na roça não, é que nem eu agora tô aqui na horta, eu faço aqui, vou pra casa faço a janta, ainda bem que tem meu marido que lava a louça e meu filho que ajuda [...] então da roça tu faz mil e uma coisa num dia só, na cidade é diferente, tu faz aquele trabalho que tu tem um emprego, pode ser, ou outro de faxineira, seja o que for, e tem o trabalho em casa, mas na roça não, tu tem que pensar na galinha quando tem, quando na horta, na comida, no sei lá o que, é diferente, mas o trabalho da mulher agricultora que planta, é bem trabalhoso... (p.6).

A grande questão levantada por Luci é justamente que a mulher do campo faz ao longo do dia nas atividades “da casa” e atividades “fora de casa” e como elas estão sempre interligadas, não existindo um espaço/tempo estabelecido e delimitado para cada tipo de atividade.

Recuperamos aqui a noção de multiplicidade do trabalho das mulheres camponesas (QUIRINO, MELLO, 2017, p. 08) que, além de extrapolar a noção de trabalho produtivo e improdutivo, insere sobre as atividades realizadas pelas mulheres do campo um olhar de que estas se complementam, se sobrepõem e ocupam espaços muitas vezes compartilhados na distribuição de suas horas diárias. É muito comum, por exemplo, que essas mulheres trabalhem no espaço doméstico, na produção alimentar de autoconsumo (esta atividade pode também ter como destino a venda ou troca nos mercados locais) e em atividades assalariadas, sejam elas em conjunto com o companheiro na própria unidade familiar ou na situação de diaristas em outras propriedades, ou ainda em atividades fora do contexto rural, como empregadas domésticas, professoras etc. No caso de militantes existe também o acréscimo das atividades ligadas à atuação política, como reuniões, formação,

assembléias, trabalho de base, cursos. A conflituosidade entre o trabalho e a atuação política pode ser percebido no relato de uma das militantes do MMC:

Eu, a primeira atividade que eu participei do movimento foi uma atividade que era para a minha mãe ir, mas ela tava com um pouco de dificuldade devido a todas as tarefas da casa. Essa dificuldade mesma que a mulher tem de sair de casa, então ela me incentivou eu mesma a participar (TABORDA, 2012, p. 3)

Sua entrada no MMC foi motivada pelo fato de sua mãe não poder participar por conta das tarefas domésticas, o que demonstra que a realização das atividades domésticas exclusivamente pelas mulheres limita sua participação política e as tentativas de mudar as relações de trabalho são fundamentais para que elas possam ocupar espaços que estão para além da propriedade. Isso nos ajuda a entender, por exemplo, a valorização que o movimento dá para a militância cotidiana expressa principalmente através da produção de alimentos saudáveis e sem agrotóxicos. Esse tipo de prática, que é adotada a partir dos anos 2000, ajuda a aproximar as camponesas do exercício da luta e ultrapassa o modelo de mobilização ligado às passeatas, ocupações, muito presentes nos primeiros vinte anos do MMC.

Observando alguns materiais utilizados em formações do MMC, encontramos uma dinâmica em que as mulheres são divididas em grupos e devem preencher um “relógio de tempo” com todas as tarefas que realizam durante um dia inteiro.

A presença das mulheres na área de produção da propriedade são diversificadas e podem ser mais ou menos intensas de acordo com o tipo de atividade agrícola que é feita ali e as demandas de mão de obra que tal atividade necessita. Assim como o tipo de trabalho que será feito pelos homens e pelas mulheres, como observam Arlene Renk et al (2010)

Em algumas famílias, o trabalho das mulheres na lavoura era de menor intensidade. Noutras, não havia distinção entre a jornada de mulheres e de homens na lavoura, no entanto, acrescentava-se a estas as atividades domésticas como cozinhar, fazer o pão, cuidar da horta, ordenhar as vacas, alimentar as galinhas, preparar doces, geleias e costurar para a família (p. 371).

Isso demonstra que não existe um padrão de atividade entre homens e mulheres na unidade de produção familiar e a presença feminina na esfera produtiva depende muito do tipo de atividade econômica, da demanda de mão-de-obra. O desenvolvimento agroindustrial integrado no oeste de Santa Catarina, por exemplo, junto com a mecanização do modo de produção, afastou as mulheres do trabalho produtivo de onde provém a principal renda da família, isso porque a substituição da mão de obra por maquinário diminuiu a necessidade da atuação das mulheres nesses espaços, já que a administração das unidades de produção ainda é feita, majoritariamente, pelos homens da família (que também são quem mantêm a posse de terras, como veremos a seguir). Desse modo, as mulheres passaram a se dedicar mais às

plantações de subsistência e à criação de animais como vacas de leite, galinhas etc. De certa forma, o estabelecimento da monocultura e da pecuária abriu espaço para que as mulheres camponesas pudessem desenvolver pequenos espaços voltados para a produção agroecológica, sem agrotóxicos e que preservasse os saberes tradicionais.

Essas transformações no espaço de produção vão gerar impactos nas relações de gênero ligadas ao espaço doméstico. Em pesquisa de campo feita com famílias camponesas da região Centro e Sudeste do Paraná em 2016, as pesquisadoras constataram que “A redução do tamanho das famílias, agora com menor número de filhos - mais especificamente de filhas, costumeiramente responsáveis por auxiliar as mães nos trabalhos da casa - é, certamente, um dos fatores que tem provocado um maior envolvimento dos maridos nessas tarefas.” (MENASCHE et al, 1996, p. 89). Essas novas configurações das famílias camponesas se dá por alguns motivos: mulheres migram em maior intensidade para os espaços urbanos a fim de, principalmente, procurar independência financeira e “fugir” das instituições do casamento, por exemplo. Além disso, a diminuição de trabalho no espaço rural faz com que as filhas e filhos não permaneçam por muito tempo; também pode-se levar em conta que o acesso das mulheres à educação sexual fez com que houvesse um maior controle contraceptivo e autocuidado. As pesquisadoras constataram que, de acordo com as falas das entrevistadas, os homens realizam trabalho doméstico, mas raramente assumem que o fazem, isso porque ainda existe a forte ideia de que este tipo de trabalho é “coisa de mulher” e sua realização pelos homens interferiria nesta posição de poder, assim como os “feminilizaria”. Dessa forma, existe um grande cuidado de que as atividades domésticas sejam realizadas sem que outros homens vejam ou saibam. A partir dessas reflexões, as autoras chegam a uma constatação curiosa. Observemos a tabela abaixo:

FIGURA 6: Opinião das mulheres sobre a participação dos homens no trabalho doméstico

Quadro 8: Opinião das mulheres sobre a participação dos homens no trabalho doméstico

Atividades	Nunca	De vez em quando	Com frequência
Lavam roupa	44	9	1
Limpam a casa	34	21	2
Lavam louça	27	27	3
Tiram leite	21	16	21
Fazem comida	14	40	5
Cuidam da horta	13	29	18
Cuidam das galinhas	12	21	25
Cuidam das crianças	4	27	21

Fonte: Pesquisa de Campo/95

A pergunta foi feita para as mulheres sobre a participação dos homens em tais atividades. As respostas estão classificadas na tabela numa progressão invertida, ou seja, as primeiras atividades são aquelas que os homens menos realizam, enquanto as últimas são as que mais realizam. As autoras constataram que quanto mais pública a atividade for menos participação masculina é destinada a ela, por exemplo, o fato do tanque ficar do lado de fora de casa – e mais visível pelos vizinhos – faz com que seja uma tarefa pouco realizada por eles (p. 89). Outro ponto interessante dos resultados é perceber que mais uma vez a concepção de trabalho “leve” e “pesado” é completamente inválida, já que, considerando que a pesquisa foi feita em 1996, é muito provável que o processo de limpeza das roupas fosse (e talvez ainda seja, para muitas famílias) feito manualmente, sem o uso de máquinas, o que demanda força física. Por outro lado, cuidar das galinhas e da horta, embora sejam consideradas femininas, têm maior participação dos homens por não serem exclusivamente domésticas

[...] é que nem eu agora tô aqui na horta, eu faço aqui, vou pra casa faço a janta, ainda bem que tem meu marido que lava a louça e meu filho que ajuda, se não eu ia ter que lavar a louça, fazer, é até estranho que costume lavar louça {risos}... ah eu tenho uma parceria boa em casa que a gente se ajuda, trabalha junto, graças assim, essa é uma coisa boa que aconteceu na minha vida nos últimos tempos, gostaria que todos os homens fossem...tivessem essa grandeza, e que não precisasse pedir, por favor levanta um prato[...] - Ehh, exatamente, de participar, porque se uma pessoa só faz, a gente se cansa né, enjoa de fazer, mas se...quem tá junto participa, muda, muda, quem que tu convive, se tem participação a vida fica diferente, se tem que fazer sozinha, tu vai olhando para outra pessoa lá sentada, acomodada, daqui a pouco tu tem vontade de virar a cadeira pra ver se ela descola de lá [...] (CHOINACKI, 2017, p. 8).

A fala de Luci Choinacki nos chama atenção por dois motivos: demonstra o processo de transformação nas relações de gênero e a inserção dos homens na execução de tarefas domésticas e como isso é significativo para as mulheres; e porque traz nas entrelinhas suas percepções sobre o trabalho masculino nesse espaço. Quando se refere ao fato do filho lavar a louça é atribuída a palavra “ajuda” para caracterizar esta atividade, ela mesma indica que teria de fazê-lo se os homens não a ajudassem. Nossas percepções vão de encontro com uma pesquisa feita por Maria Cristina Bruschini e Arlene Martinez Ricoldi (2012), onde o termo “ajuda” também foi identificado nas falas das mulheres sobre participação dos homens (maridos e filhos) nas tarefas domésticas. As autoras chegam à conclusão de que a atribuição do sentido de ajuda apontam para dois sentidos: “1) é uma atribuição feminina (portanto, os homens não a encabeçam, mas tão somente "ajudam" a realizá-lo); e 2) essa forma “periférica” que a "ajuda" masculina assume significa que essas tarefas estão entre o que sobra para ser feito (quando as mulheres não dão conta) ou o que os homens gostam ou preferem fazer” (p. 263). Isso expressa a ideia de que, embora Luci defenda que as tarefas da

casa devem ser compartilhadas e divididas, ainda há uma certa ideia de que este é um trabalho seu e, o fato de não ficar sobrecarregada e haver parceria entre o casal deve-se à “grandeza” de seu companheiro. A fala da militante nos faz refletir como a ocupação dos homens de um “não lugar” (o espaço de trabalho reprodutivo) é visto de maneira positiva e valorizada, sobretudo pelas esposas e filhas. Esta ideia é bastante compreensível, levando em conta que a divisão de tarefas domésticas com a participação dos homens ainda é bastante tímida no meio rural.

Costuma existir uma certa mistificação quando se trata das divisões de trabalho no campo com base no gênero: de que às mulheres são delimitadas atividades mais “leves”, enquanto os homens seriam os responsáveis pelo trabalho mais “pesado”. Esta premissa serve apenas para legitimar a diferente valoração que o trabalho realizado por mulheres e homens recebem, tanto do ponto de vista de reconhecimento familiar quanto do ponto de vista do valor-trabalho remunerado. Maria Ignêz Paulilo, em seu trabalho intitulado “O peso do trabalho leve” (1987), estuda as mais diversas formas de trabalho feminino realizados na produção e constata que na verdade o “trabalho leve” não quer dizer que não exija esforço, que seja agradável, rápido e que não ofereça riscos à saúde, muitas vezes este tipo de trabalho é até mais “pesado” do que o trabalho considerado “pesado”. No entanto, o fato de serem realizados por mulheres e crianças faz com que a ele seja atribuído um nível de dificuldade e de esforço menores do que os trabalhos feitos pelos homens. Segundo a autora, isso está diretamente relacionado com o fato de que o homem, considerado o chefe da família é visto como o principal responsável pelo sustento da família, ou seja, os outros membros são vistos como seus dependentes, dessa forma, o trabalho das mulheres (e dos filhos), independente de qual for, é sempre visto de forma secundária, como ajuda.

Algo a se pensar sobre a noção de ajuda tanto para o trabalho masculino no espaço doméstico quanto do trabalho feminino no espaço de produção, é que o primeiro é frequentemente visto como uma boa vontade, um “bônus” do marido, uma excepcionalidade, enquanto que para as mulheres a “ajuda” na produção é encarada como uma necessidade. É possível perceber a valorização desproporcional aos gêneros, mas também dos próprios tipos de trabalho, já que embora o trabalho produtivo e masculinizado gere renda para a família e, conseqüentemente para sua sobrevivência, o trabalho feminino visto como reprodutivo muitas vezes também é de subsistência, como alimentação, vestuário etc.

Dados divulgados no relatório do Estado da Insegurança Alimentar no Mundo pela FAO¹³ (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura) mostram que

¹³ Disponível em: <<http://www.fao.org/brasil/fao-no-brasil/brasil-em-resumo/pt/>>. Acesso em: 23 out. 2020.

em 2014 o Brasil saiu do mapa mundial da fome. O estudo considerou dois intervalos de tempo: de 1990 a 2014 e de 2002 a 2013. No primeiro período foi constatada uma queda de 84,7% no número de brasileiros em situação de subalimentação, no segundo esse número chegou a 82%. Segundo a FAO, o alcance desses índices foi possível devido a um conjunto de ações que incluem tanto políticas públicas e iniciativas governamentais ligadas à segurança alimentar, como o Programa Bolsa Família e os créditos de apoio à Agricultura Familiar.

Os dados do relatório evidenciam a importância da agricultura familiar (camponesa) que vem cada vez mais sendo assumida pelas mulheres e faz parte da principal base político-metodológica do Movimento das Mulheres Agricultoras através das práticas agroecológicas. Maria Ignez Paulilo (2010), ao analisar as políticas públicas e programas ligados ao incentivo da agricultura familiar e de auxílio, chega à conclusão de que tais medidas, presentes em programas como o Bolsa Família e o apoio a projetos de produção orgânica, sementes crioulas, alimentação saudável, ervas medicinais reforçam o papel das mulheres ligado à uma concepção de mulher/natureza (p. 932).

Figura 7 - Número de estabelecimentos agropecuários dirigidos pelo produtor (Unidades) - Sexo do Produtor.

Agricultura familiar - não			Agricultura familiar - sim		
Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
1.159.117	982.714	176.403	3.897.408	3.127.736	769.672
Fonte: IBGE - Censo Agropecuário					

Fonte: IBGE.

Os dados acima indicam que ainda existe uma grande discrepância entre o número de mulheres que são legalmente responsáveis por unidades de produção agropecuária em relação aos homens. Nota-se que, enquanto os homens gerenciam mais de três milhões de unidades voltadas para agricultura familiar, esse número não chega a um milhão se comparado com as mulheres. Isso demonstra que embora não exista nenhum impedimento legal que impossibilite a posse e herança de terras pelas mulheres (lembramos que esta foi uma das primeiras pautas do movimento das camponesas nos tempos de MMA), ainda existe uma estrutura no campo — que também pode ser percebida na concentração de renda, na posse de bens, melhores remunerações tanto no espaço urbano quanto rural — em que a propriedade da família é passada para os homens, embora as mulheres participem das atividades agrícolas (produtivas ou não) das propriedades familiares.

As transformações que os movimentos do campo sofreram no decorrer da década de 1990 e anos 2000 não fizeram desaparecer a pauta da reforma agrária, porém, o que se tem

hoje nesses momentos de forma mais enfática são as pautas ligadas à produção de alimentos e a soberania alimentar. Podemos observar, inclusive, em um trecho do material de formação de base do MMC a definição de camponesa diretamente ligada à atividade de produção alimentar

Somos camponesas porque com o nosso trabalho produzimos comida saudável para alimentar a população. Ao longo da história somos nós, mulheres camponesas, indígenas, negras e da floresta que estamos preservando as sementes e produzindo alimentos e cuidando da natureza. Somos nós que ainda resistimos e enfrentamos no dia-a-dia este sistema capitalista que quer transformar a agricultura num negócio para gerar mais lucros para algumas grandes empresas transnacionais” (MMC, 2007, p. 7).

Esse texto utilizado nas reuniões de base do MMC demonstra o cuidado de aproximação das camponesas com o movimento através das identificações com seu cotidiano, com as atividades e o trabalho desempenhado por essas mulheres. O que se nota é que a militância se volta muito mais para a ação de base, construída no dia a dia a partir de um conjunto de resistências individuais que se somam e resultam no movimento de forma mais unificada através da identidade “camponesa”.

O trabalho de base funciona como uma forma de desenvolver a consciência das mulheres camponesas sobre o trabalho que fazem e sobre a importância que este tem sobre a produção e reprodução da vida no campo. Nesse espaço, as experiências individuais são acolhidas, divididas e ganham sentido quando percebem que compartilham de uma mesma realidade e, além da consciência, essas mulheres passam a se sentir parte de um coletivo, cria-se um senso de pertencimento que se torna o ponto de partida para a construção da identidade dessas militantes e a produção agroecológica tem papel fundamental.

É importante lembrar que as mulheres têm um papel importante na transmissão de conhecimento e na manutenção da cultura camponesa, já que são as responsáveis pela preservação dos saberes sobre plantio, cultivo, sementes, preparo de alimentos, além disso, o fato das mulheres estarem à frente das pequenas produções de subsistência agroecológica faz com que se aproximem de um tipo de produção fora da lógica industrial, o que pode ser visto para elas como uma forma mais “tradicionalmente camponesa”. Daí esse resgate da cultura que tem forte interferência na ligação com questões de autonomia econômica.

A reivindicação por uma agricultura feminista camponesas e agroecológica, baseadas nas relações afetivas com a natureza, é uma demonstração nítida de como as mulheres do MMC concebem o papel feminino no campo e articulam as questões da identidade e da (sobre)vivência como algo extremamente positivo, criando conexões diretas entre o papel desempenhado por elas com o papel da natureza de gerar vida, alimentos. Embora a produção agroecológica seja muitas vezes voltada para o comércio local, é visível como

estas mulheres incluem nela aspectos do trabalho doméstico, sendo interessante perceber como esta atividade também pode ser compreendida a partir das noções de cuidado. Este cuidado se dá em duas dimensões: ele está ligado ao cuidado com a alimentação saudável das famílias e ao cuidado com a natureza. Por vezes, essa noção extrapola o espaço privado e chega a uma concepção de cuidado com alimentação das pessoas que compram esses produtos, numa ideia de que a camponesa é aquela que produz alimentos saudáveis para a sociedade como um todo. Assim, a agricultura, que por tantas vezes foi vista como masculina, opressora e exploradora, passa a ser transformada pelas mulheres a partir de princípios que muitas vezes foram vistos como limitantes para a ação e transformação política, mas que no movimento é reinterpretado pelas militantes camponesas e torna-se símbolo de sua emancipação e ressitência frente ao capitalismo e às opressões contra as mulheres.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trabalhar com concepções de determinado grupo social sobre um tema tão complexo e abrangente quanto trabalho doméstico e feminismo ofereceu um grande grau de dificuldade, principalmente por se tratar de um movimento social extremamente atuante e diverso como o MMC. As transformações sofridas ao longo do tempo, as rupturas, a adoção de novas referências políticas, fizeram com que minhas análises fossem se transformando ao longo de minha pesquisa e, mais do que isso, a cada fonte, cada nova leitura das entrevistas me revelavam detalhes antes despercebidos, pois o trabalho doméstico, nas percepções das camponesas, pode passar despercebido, mas está ali!

Essa grande dificuldade existiu porque tinha uma visão limitada do que representa o trabalho doméstico, embora já pensasse no espaço rural fora das fronteiras entre casa e propriedade. A partir do momento em que compreendi que para as mulheres do MMC o trabalho doméstico também é aquele feito fora de casa e que pode, inclusive, gerar renda para a família, foi possível encarar as fontes de outra forma e perceber o quanto o trabalho doméstico para essas mulheres configura como uma forma de poder.

A historicização do movimento camponês no Brasil, a partir da compreensão dos modelos agroeconômicos que foram inseridos no campo ao longo das últimas décadas, me ajudou a perceber as pautas e lutas das camponesas dentro de uma lógica de sobrevivência e de tentativas de reprodução de uma cultura, de saberes e de práticas que são muito valorizadas no espaço rural. Além disso, foi possível perceber de que forma certas rupturas foram feitas para que as mulheres do campo pudessem desenvolver percepções mais complexas sobre as relações de gênero e quais as estratégias possíveis para que o movimento conseguisse ultrapassar as questões da classe e passasse a refletir sobre sua situação enquanto mulheres camponesas. Por isso, a mudança do nome significou um abandono – embora parcial – de determinadas instituições que eram empecilhos para o avanço das pautas políticas dessas mulheres.

Ao longo do trabalho foi preciso tomar alguns cuidados para que não caísse em dois extremos: o de romantizar a luta camponesa e o de deslegitimá-la e considerá-la menos emancipatória. As problemáticas que envolvem certas noções das militantes de naturalização da condição feminina não podem servir para limitar as análises e inserir olhares de invalidação desse tipo de feminismo, já que ele é fruto de uma influência muito forte da natureza. Além disso, diferente de muitos movimentos sociais em que os espaços de militância são delimitados, o fato das camponesas desenvolverem ações práticas no cotidiano

que muitas vezes acontecem no espaço domiciliar, justifica o fato de que os trabalhos de base ainda sejam tão semelhantes aos desenvolvidos pela igreja nos anos setenta e oitenta, pois ainda são fortes ferramentas da construção de novas visões de mundo.

Foi interessante perceber como as transformações nas relações de gênero no espaço doméstico e, sobretudo, no que diz respeito ao compartilhamento de tarefas, ainda carregam tantos estigmas, pois a desassociação da responsabilidade exclusiva sobre os serviços da casa ainda não foi capaz de desconstruir algumas visões sobre uma capacidade feminina de desempenhá-la melhor. Dessa forma, as novas relações que se estabelecem no espaço do “lar” muitas vezes não ultrapassam o material, pois o cuidado, o afeto, a dedicação ainda permanecem sob responsabilidade das mulheres.

Por isso, foi interessante perceber ao longo da pesquisa como essas mulheres se apropriaram dessas visões essencialistas para assumir um espaço e uma responsabilidade através da soberania alimentar e agroecologia. Chegando no fim de meu trabalho não é possível chegar a uma conclusão do por que tantas temáticas são historicizadas e vistas a partir de reflexões tão complexas sobre como as relações humanas são construídas socialmente e, em contrapartida, a ligação das mulheres com a natureza ser justamente o ponto de partida para justificar a escolha do MMC pela bandeira agroecológica. Talvez, uma das explicações seja que, a partir do momento em que se assume um tema com forte tendência mundial e onde é possível se associar com outros grupos (A Via Campesina, por exemplo), é preciso reivindicar espaços em que a ação feminina seja vista como crucial. Daí, talvez o fato das mulheres perceberem que o único jeito de enfrentar o avanço do agronegócio e a degradação do meio ambiente e da cultura camponesa seja se colocarem à frente através de diferenças de gênero e sexo, assim como os homens o fizeram (e o fazem) até os dias atuais.

Dada a abrangência deste tema e sua densidade, não é possível oferecer maiores reflexões e análises num trabalho de conclusão de curso. O que construí aqui foram apenas algumas reflexões sobre as influências das experiências das mulheres do Movimento das Mulheres Camponesas na construção de suas pautas e lutas sociais. Essas relações difusas e profundas podem ser tematizadas em outras oportunidades. O que consegui mostrar aqui foi que as transformações sobre as percepções de seu cotidiano foram capazes de mobilizar diversas camponesas em busca do reconhecimento de seus direitos e de sua cultura.

5 FONTES

Entrevistas:

CHOINACKI, Luci. Entrevista concedida a Soraia Carolina de Mello, em Florianópolis, 2017. Acervo do LEGH/UFSC. Transcrita por Jeferson Ramos.

CINELLI, Catiane. Entrevista concedida a Larissa Viegas de Mello Freitas, em Chapecó, no dia 12/12/2012. Acervo do LEGH/UFSC. Transcrita por Larissa Viegas de Mello Freitas.

GASPARETO, Sirlei. Entrevista concedida a Larissa Viegas de Mello Freitas, em Chapecó, no dia 12/12/2012. Acervo do LEGH/UFSC. Transcrita por Larissa Viegas de Mello Freitas.

SANTOS, Geneci Oliveira. Entrevista concedida a Larissa Viegas de Mello Freitas, em Chapecó, Santa Catarina, Brasil, 09/12/2012. Acervo LEGH/UFSC. Transcrita por Gabriela Miranda Marques.

TABORDA, Noeli. Entrevista concedida a Larissa Viegas de Mello Freitas, em Chapecó, no dia 12/12/2012. Acervo do LEGH/UFSC. Transcrita por Larissa Viegas de Mello Freitas.

Fontes Digitais

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS – **Organizar a base, produzir alimentos saudáveis, construir caminhos de libertação.** Passo Fundo: ANMC, s.d. (Cartilha de formação política).

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS – **Feminismo Camponês e Popular.** Passo Fundo: ANMC, 2018 (Cartilha de formação política).

Movimento das Mulheres Camponesas (*site*). Disponível em: <<https://www.mmcbrasil.com.br/site/>>.

6 REFERÊNCIAS

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS IBGE. **Em 11 anos agricultura familiar perde 9,5% dos estabelecimentos e 2,2 milhões de postos de trabalho.** c2017. Disponível em: <<https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/2012-agencia-de-noticias/noticias/25786-em-11-anos-a-gricultura-familiar-perde-9-5-dos-estabelecimentos-e-2-2-milhoes-de-postos-de-trabalho.html#:~:text=Ainda%20assim%2C%20a%20agricultura%20familiar,23%25%20da%20%C3%A1rea%20agr%C3%ADcola%20total.>>. Acesso em: 20 out. 2020.

ALMEIDA, Fábio Chang de. **O historiador e as fontes digitais:** uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisas históricas. Porto Alegre: Aedos, nº 8, vol. 3, Jan./Jun. 2011, p. 10-30.

ALMEIDA, Rosimeire Aparecida de. **A questão agrária na contemporaneidade e os desafios do movimento camponês no Brasil.** Encuentro de geógrafos de América Latina, Montivideo, Uruguai, abr. 2009.

BARROS, José D'assunção. **A História Social:** seus significados e seus caminhos. Ouro Preto: Revista de História, nº 15, 2005, p. 1-23.

BONI, Valdete. **De agricultoras a camponesas:** o movimento de mulheres camponesas de Santa Catarina e suas práticas. Florianópolis, 2012. 253 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política.

BRUSCHINI, Maria Cristina A. **Articulação trabalho e família:** famílias urbanas de baixa renda e políticas de apoio às trabalhadoras. São Paulo: FCC/DPE, 2008.

BRUSCHINI, Maria Cristina; RICOLDI, Arlene Martinez. **Revedo estereótipos:** o papel dos homens no trabalho dos homens no trabalho doméstico. Florianópolis: Estudos Feministas, n. 20 v.1, Jan/Ab. /2012. p. 259-287.

CARNEIRO, Maria José. **Mulheres no campo:** notas sobre sua participação política e a condição social do gênero. Rio de Janeiro: Estudos Sociedade e Agricultura, n. 2. 1994, p. 11-22.

CASAGRANDE, Jacir Leonir. **Movimentos Sociais do Campo:** Mulheres Agricultoras em Santa Catarina. 1991. 87 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1991.

CISNE, Mirla. **Feminismo e marxismo:** apontamentos teórico-políticos para o enfrentamento das desigualdades sociais. Serv. Soc., São Paulo, n. 132, maio/ago. 2018, p. 211-230.

CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda; SCOTT, Parry. **Gênero e geração em contextos rurais.** Ilha de Santa Catarina : Ed. Mulheres, 2010.

CRUZ, Elizabeth Ferreira da. **Ação política, transformação social e reconstrução de identidades:** um olhar a partir do feminismo para a militância das mulheres rurais nos movimentos sociais. Fortaleza, 2008, 180 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará. Departamento de Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Sociologia.

DURIGUETTO, Maria Lúcia; MONTAÑO, Carlos. **Estado, Classe e Movimento Social.** 2ª ed., São Paulo: Cortez, 2011, Biblioteca Básica de Serviço Social, vol. 5.

FLAMARION, Ciro; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Domínios da História:** ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Editora Campus, 5ª edição, 1997.

FIÚZA, Ana Louise Carvalho,; MIRANDA, Edna Lopes. **Movimentos Sociais Rurais no Brasil:** o estado da arte. Brasília: Rev. Econ. Sociol. Rural, v. 55 n.1, Jan./Mar. 2017. p. 134.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. Movimentos Feministas. In: HIRATA, Helena [et al.] (Orgs.) **Dicionário Crítico do Feminismo.** São Paulo: Ed. UNESP, 2009. p. 144-149.

_____. Dominique. Trabalho Doméstico. In: HIRATA, Helena et al. (Orgs.) **Dicionário Crítico do Feminismo.** São Paulo: Ed. UNESP, 2009, pp. 256-266.

FREITAS, Larissa V. de Mello. **O Feminismo que veio do campo:** movimentos de mulheres e trajetórias de identificação (Brasil e Paraguai, 1985 - 2010). Florianópolis, 2014. 217 p.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História.

_____. Trajetórias de mulheres em Movimentos Sociais do Campo: comparações entre Brasil e Paraguai (1960-1989). In: PEDRO et al. **Resistências, gênero e feminismos contra as ditaduras no Cone Sul**. Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres, 2011, p. 260-280.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos**. 3ª edição, São Paulo, Edições Loyola, 2002.

MELLO, Soraia Carolina de. **Discussões feministas na imprensa para mulheres: revista Claudia e o trabalho doméstico (1970-1989)**. Florianópolis, 2016, 460 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História.

HEILBORN, Maria Luiza e SORJ, Bila. Estudos de gênero no Brasil, in: MICELI, Sérgio (org.) **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**, ANPOCS/CAPES. São Paulo: Editora Sumaré, 1999, p. 183-221.

HERRERA, Karolyna Marin. **Da invisibilidade ao reconhecimento: uma análise do papel da mulher rural a partir da perspectiva da multifuncionalidade agrícola**. Florianópolis, 2015. 133 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política.

_____. **Repensando o valor social do trabalho das mulheres rurais**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017. Disponível em: <http://www.en.wwwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499449704_ARQUIVO_Herrera_Karolyna.pdf>. Acesso em: 19 out. 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017**. Rio de Janeiro: 2019.

KERGOAT, Daniele. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena et al (Orgs.) **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

MENASCHE, Renata et al. **Gênero e cultura familiar: cotidiano de vida e trabalho na produção de leite**. Curitiba: Deser/CEMTR. 1996.

MICHELET, Jules. **História da revolução francesa: da queda da Bastilha à festa da federação**. São Paulo: Companhia das Letras: Círculo do Livro, 1998.

MOTTA, Maria; ZARTH Paulo. Texto de Apresentação. In:_____. **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história** Concepções de justiça e resistência nos Brasis. São Paulo: Unesp, vol. 1, 2008.

OBERTI, Alejandra. Qué le hace el género a la memoria? In: PEDRO, Joana; WOLFF, Cristina Scheibe (Orgs.) **Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul**. Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres, 2010. p. 13-30.

PAULILO, Maria Ignez; SILVA, Cristiani Bereta da. Memórias de Luci Choinaski: histórias e lutas pelos direitos das mulheres camponesas. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda. (Orgs.). **Gênero e geração em contextos rurais**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010.

PAULILO, Maria Ignez; **Intelectuais e Militantes: possibilidades de diálogo**. Florianópolis: Estudos Feministas, n. 16 vol, n. 3, Set/Dez 2010. p. 927-940.

_____. **O peso do trabalho leve**. Rio de Janeiro: Revista Ciência Hoje, v.5, n.28, p.64-70 jan/fev, 1987.

PEDRO, Joana. Narrativas do Feminismo em países do Cone Sul (1960-1989). In: PEDRO, Joana; WOLFF, Cristina Scheibe (Orgs.). **Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul**. Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres, 2010. pp. 216-237.

PINSKY, Carla Bassanezi. **Estudos de Gênero e História Social**. Florianópolis: Revista de Estudos Feministas, vol. 17, no. 1, Jan/Abr. 2009.

POLI, Jaci. **Caboclo: pioneirismo e marginalização**. Chapecó: Cadernos do CEOM, v. 19 n. 23, Set. 2014. p. 149-188.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol 2, nº 3, 1989, p. 3-15.

QUIRINO, R.; GUIMARÃES, S. M. **Relações de gênero e divisão sexual do trabalho no meio rural: interlocuções com o movimento social “Marcha das Margaridas”**. Rev. Bras. Educ. Camp., Tocantinópolis, v. 2, n. 1, p. 231-251, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2525-4863.2017v2n1p231>.

RADIO MUNDO REAL. **Mais do que investimento: apropriação**. Radio Mundo Real, 2011. Disponível em: <<http://radiomundoreal.fm/Mais-do-que-investimento?lang=es>>. Acesso em: 16 nov. 2020.

RENK, Arlene; BADALOTTI, Rosana Maria; WINCKLER, Silvana. Mudanças socioculturais nas relações de gênero e intergeracionais: o caso do campesinato no oeste catarinense. In: CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda; SCOTT, Parry. **Gênero e geração em contextos rurais**. Ilha de Santa Catarina : Ed. Mulheres, 2010. p. 367-391.

SALVARO, Giovana Ilka Jacinto. **Entre a igualdade e a diferença : mulheres camponesas em lutas de gênero**. 289 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Florianópolis, 2010.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de Movimentos Sociais na América Latina: caminhos para uma política emancipatória?** Salvador: Caderno CRH, v. 21, n. 54, Set/Dez. 2008. p. 505-517.

SCHWENDLER, Sônia Fátima. **A divisão sexual do trabalho no campo sob a perspectiva da juventude camponesa**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 28, n. 1, e58051, 2020.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero:** uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade: Porto Alegre, vol. 20, n. 2, jul./dez. 1995, p. 71-99.

SCOTT, Parry. Apresentação. In: CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda; SCOTT, Parry. **Gênero e geração em contextos rurais**. Ilha de Santa Catarina : Ed. Mulheres, 2010.

SERGIO, Marleide Maria Santos. **De Canudos às Ligas Camponesas:** luta e resistência pelo território camponês. São Cristóvão: Revista GeoNordeste, Ano XXVII, n. 2,, jul./dez. 2016, p. 94-107.

SEYFERTH, Giralda. **A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim:** um estudo de desenvolvimento econômico. Porto Alegre: Movimento, 1974, p. 152.